

**ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA
REALIZADA EM CINCO DE JULHO DE DOIS
MIL E SETE**

No dia cinco de Julho de dois mil e sete, teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra, a terceira sessão ordinária de 2007 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 – Intervenção do Presidente da Câmara;

Ponto 2 – Prémio Municipal de Arquitectura "Diogo Castilho" - indicação de representante da A.M.;

Ponto 3 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra - representação da A.M. na modalidade alargada;

Ponto 4 – Auditoria externa/consulta prévia-nomeação do auditor externo;

Ponto 5 – 1ª Revisão Orçamental às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007;

Ponto 6 – Empréstimo/Financiamento da construção do Estádio Municipal Coimbra-Euro 2004-Optimização das condições;

Ponto 7 – Desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno na Rua João Cabreira/Largo das Olarias-Freguesia de Santa Cruz;

Ponto 8 – Políticas de Geminação, linhas orientadoras para o Município de Coimbra.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD-PSD-CDS-PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, Carlos Alberto Nunes da Silva, José Manuel Oliveira Alves, Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz, Vasco Jorge Antunes da Cunha, Luís Miguel Lopes Correia, António Moisés Geraldês da Silva, João Francisco Lencastre Campos, Ricardo José Jesus Cândido, Maria Helena Moura Ramos, João Filipe Simões Amaro, Fausto António Santos e José Maria Viana Andrade

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Ângelo Mendes Dias, Lino Gomes Branquinho Trovão, José Augusto Gomes da Silva Simão, António Pinto dos Santos, Luís Miguel da Vinha, Manuel Joaquim Peixoto Ferreira, Antonino Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardo, José Maria Gaspar Barroca, Ricardo Luís Morais Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

António Reis Marques, Isabel Maria Nobre Vargues, Carlos Manuel Dias Cidade, José Augusto Brito Xavier, Maria do Carmo Correia Santos, Maria Irene Rodrigues Ferreira, Mário Manuel Teixeira Ruivo, Manuel Cénrada Guinapo, Carla Andrea dos Reis Violante, João André Braz Tralhão e José Manuel Ferreira da Silva.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Filipe Manuel Monteiro Vaz, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Arménio Nabo Ferraz, Jorge Manuel Costa

Veloso, José Carlos Santos Clemente e José António Oliveira Cortesão e António Fausto Gomes Matos

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Margarida Maria Rodrigues Viegas, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca, e José Miguel Pacheco Gonçalves

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espirito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e António Manuel Teles Cardoso.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Maria Manuela Nobre Rodrigues e Serafim José dos Santos Duarte.

Independente

Maria Reina Martin Pimpão

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores João José Nogueira Gomes Rebelo, Luís Nuno Ranito Costa Previdência e Álvaro Santos Carvalho Seco.

Mesa:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto, Isabel Maria Nobre Vargues como Primeiro Secretário e Margarida Rodrigues Viegas como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram quinze horas e quinze minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

- Deputado municipal António Maló de Abreu pelo período de 30 dias com início a 3de Julho;
- Deputado municipal Francisco José Batista Veiga pelo período de 8 dias com início a 28 de Junho;
- Deputado municipal João Paulo Barbosa de Melo pelo período de 10 dias com início a 29 de Junho;
- Deputado municipal Paulo Luís Cunha de Almeida pelo período de 10 dias com início a 3 de Julho;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir na lista e disponíveis, pelo partido pelo qual foram eleitos (PSD/CDS/PP) na coligação “Por Coimbra” na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – José Manuel Oliveira Alves, João Filipe Simões Amaro, José Maria Viana Andrade e Fausto António Santos.

- Deputado municipal Martim Ramiro Portugal, pelo período de 10 dias com início a 3 de Julho;
- Deputada municipal Maria Ângela Pinto Correia, pelo período de 10 dias com início a 3 de Julho;

-Deputado municipal Abílio Vassalo Abreu, pelo período de 10 dias com início a 3 de Julho;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS) “Partido Socialista,” na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – José Manuel Ferreira da Silva, Maria do Carmo Correia dos Santos e Maria Irene Rodrigues Ferreira.

Deputada municipal Catarina Isabel Caldeira Martins, pelo período de 10 dias com início a 27 de Junho;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, do partido pelo qual foi eleito (Bloco de Esquerda) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – Maria Manuela Nobre Rodrigues.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Eiras apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – Ângelo Mendes Dias.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Stº António dos Olivais apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Vogal do Executivo da Junta – Luís Miguel da Vinha.

Período Antes da Ordem do Dia

Representante do Movimento de Cidadãos de Vil de Matos:

“Novamente o movimento de cidadãos por Vil de Matos se dirige a Exmas. porque, mais uma vez, e tal como tem acontecido desde o início deste processo, o povo da Freguesia de Vil de Matos continua a ser posto à margem e mantido na ignorância acerca de assuntos que lhe dizem directamente respeito. Neste momento, e de alguns dias a esta parte, tem sido notadas movimentações de indivíduos nos terrenos da freguesia, os quais, segundo palavras dos próprios, se preparam para efectuar os levantamentos topográficos da zona que a Câmara e a ERSUC pretendem dispor a seu bel-prazer.

Se mais evidências fossem necessárias de que os processos, meios e atitudes de que a Câmara se tem servido, para impôr a sua obra de regime, nada têm de transparente, elas aparecem a cada passo. A tão apregoada informação e contacto com as populações ficam no saco, problemas de consciência?

Pois é evidente que não é fácil dar a cara quando as coisas são decididas com base em critérios que nunca tiveram em conta o sentimento das populações?

Mas não nos surpreende este tipo de atitude. Afinal, não é a primeira vez que Vil de Matos é posta à margem. Até em tempos de campanha eleitoral, onde os passos são agradáveis de dar e os compromissos pouco representam, os seus seguidores foram esquecidos, trocados por uma bem mais mediática inauguração de umas piscinas. Quem, nesse momento de contagem de armas, já menospreza os seus, certamente que, quando instalado na cadeira tão ansiada, menos escrúpulos terá no momento de decidir a sua sorte.

Isto Sr. Presidente só vem demonstrar mais uma vez o respeito e o desprezo que o Sr. tem por esta freguesia e por esta população; **DESPREZO TOTAL RESPEITO NENHUM.**

Queremos, mais uma vez, reafirmar a firme convicção da justeza da nossa unanimidade na escolha feita. Há ainda um longo caminho a percorrer, quer no aspecto científico, quer

no legal. Haverá, também, muito a descobrir sobre os intrincados meandros, sobretudo políticos, que muito contribuíram para a escolha de Rios Frios, em detrimento de outros, até porque cresce a nossa convicção que mesmo o aspecto económico foi suplantado por outros de cariz mais “familiar”. Não temos dúvidas que o futuro nos trará surpreendentes revelações acerca do desenrolar de todo este processo.”

Representante da Freguesia de Andorinha:

“Exms. Srs. Presidente da Assembleia Municipal, Secretários, Deputados, Presidente da Câmara e Vereadores:

Em nome dos Pais, Encarregados de Educação e sobretudo dos Alunos da escola Básica do Primeiro ciclo de Andorinha, Freguesia da Lamarosa, venho por este meio apresentar o nosso total desacordo com a forma como está a ser conduzido o processo de Manutenção da Nossa Escola. Manutenção, SIM, não lhe quer chamar fecho, porque ainda acredito que alguém pretende manter uma escola que tem condições de leccionação, em funcionamento!!”

Visto que estamos a cerca de dois meses do início do novo ano escolar as incertezas são mais do que muitas, Consideramos, que pertence às comunidades educativas (pais, professores, funcionários das escolas e autarquias...) o papel preponderante nestas tomadas de decisão e que um encerramento, uma fusão ou a construção de um qualquer estabelecimento de ensino deve ser um acto eminentemente pedagógico e revestido de um profundo interesse público. Matérias que nunca vimos serem salvaguardadas durante este processo caótico de reestruturação da rede de ensino municipal.

Gostaríamos de recordar que actualmente:

- 1-A EB1 de Andorinha tem respondido, dentro do possível, as necessidades da população;
- 2-Grande parte dos alunos da Aldeia estão efectivamente inscritos na escola de Andorinha;
- 3-O rumor do possível fecho, levou a, que alguns Pais inscrevessem desde já os seus filhos em Escolas privadas fora do Concelho, não querendo sujeitar-se a este jogo de empurra em que muito se fala e ninguém sabe de nada (ou não querem saber);
- 4-O número de alunos que frequentam o Infantário representa um aumento crescente de alunos, nos próximos anos, para a Escola do Primeiro Ciclo de Andorinha;
- 5-Ainda não nos apresentaram alternativas viáveis na Freguesia ou no Concelho melhores do que a Escola de Andorinha;
- 6-Ainda existe parte da população que não tem condições sociais e económicas para fazer frente a uma alteração profunda no seu quotidiano e equacionarem a colocação dos seus filhos noutros estabelecimentos de ensino;
- 7-E durante o desenrolar de todo este processo, nunca fomos ouvidos, ou será que com uma única reunião às 10h da manhã pretendiam um envolvimento massivo dos Pais, em período laboral??
- 8-Ainda não foi promovida uma discussão profunda desta matéria no seio da nossa freguesia com informação fidedigna da realidade existente, com perspectivas futuras e alternativas possíveis ao que está a ser estabelecido ou imposto;
- 9-Nunca foi apresentado um apoio condigno à rede escolar da freguesia, de forma eficiente, em matérias, de instalações, de alimentação e de transporte gratuito.

Assim, consideramos que:

A decisão do encerramento da escola Básica de Andorinha, é prematura e com fundamentos bastantes discutíveis.

A decisão nesse sentido, colocará em causa o desenvolvimento do processo educativo de forma harmoniosa e equitativa da nossa aldeia, o que se irá reflectir nas gerações vindouras.

A defesa do interesse público, da escola pública e do direito público a uma escola de qualidade, numa perspectiva de proximidade, devem estar presentes em todas as decisões da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, logo solicitamos que seja reapreciado todo processo, olhando para todos estes aspectos, e que, só com alternativas viáveis em termos de qualidade de infra-estruturas e de componente pedagógica, seja equacionado o encerramento da referida escola.

Portanto, e porque se trata de um tema de elevada importância e de cariz fundamental para o desenvolvimento da nossa terra, solicitamos encarecidamente que seja adiada a tomada decisão definitiva, mantendo a nossa escola em funcionamento, de forma a não perturbar a preparação e o desenrolar do próximo ano lectivo, abrindo assim um espaço para todos em conjunto (Junta e Assembleia de Freguesia, Câmara e Assembleia Municipal, Pais e Encarregados de Educação, Professores e Colaboradores) procurarmos a melhor solução para a Educação dos nossos Filhos, indo de encontro às reais necessidades da população de Andorinha.”

Presidente da Junta de Freguesia da Lamarosa:

“A minha presença é sinteticamente dizer o seguinte:

Estou ao lado das pessoas que protestam o encerramento da Escola Básica da Andorinha. Conheço o sentimento dessa gente. Nasci ali, foi ali que dei os primeiros passos, uma escola com excelentes recordações. É uma escola que tem boas condições, tem um espaço magnifico de recreio, tem uma reconstrução recente tem todas as condições para funcionar. Não vejo as razões para o seu encerramento, até porque cada caso é um caso, e eu quero recordar aqui que Andorinha é um caso muito delicado.

É uma povoação mais distante do concelho de Coimbra que sofre com influência do concelho de Cantanhede. Ao encerrar a escola de Andorinha caímos numa situação de transferir os alunos para outra escola da freguesia não lhe vão dar nada de novo neste momento vão ter a mesma coisa que terão na escola de Andorinha. É preciso que a DREC ou o Governo responsável crie condições, primeiro para dar melhores condições aos alunos e depois sim, transferi-los para esses espaços.

Nós queremos o melhor para os nossos filhos e eu como representante quero o melhor para a minha freguesia e por conseguinte o melhor para os alunos de Andorinha. Corremos o risco com o encerramento da escola da Andorinha desertificar cada vez mais aquela povoação que sofre influências vizinhas de Cantanhede. Não tenho dúvidas e a minha preocupação é que os alunos irão para fora do concelho.

Sr. Presidente temos de investir mais naquele espaço, criar e levar para diante aquele projecto que temos da zona industrial, para fixar as pessoas naquele local.

Aquela escola foi uma das quatro que foram construídas nos anos 50. Foi a primeira a ser construída porque se justificava, sendo na freguesia uma das melhores em qualidade. Hoje, por razões do destino, tem menos alunos que outros lugares da freguesia, mas tem condições para ser maior.

Aprovei aqui com o meu voto favorável um documento titulado como Carta Educativa do Concelho de Coimbra em 27 de Dezembro de 2006, votei com convicção daquilo que estava a fazer. Nesse documento diz que devem ser construídos centros educativos para melhorar as condições dos alunos.

A escola de Andorinha tem uma previsão de encerramento a longo prazo 2013/2015, e não é isso que a DREC está a fazer, temos que combater a DREC porque está a mentir. Por isso, Sr. Presidente peço todo o apoio possível para defender aquela gente que está aqui presente.”

Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Independente):

“No âmbito do que são as competências da Assembleia Municipal e do que se deve exigir ao Executivo Camarário, a total transparência em todos os processos e actos de forma a permitir a este órgão, acompanhar e fiscalizar a sua actividade, coloco 3 questões que deverão ter respostas claras da parte do Senhor Presidente do Executivo.

Um conjunto de notícias, de trocas de argumento, de esgrimir acusações, que efectivamente, como membro desta Assembleia Municipal, nada nos dizem, pois elas parecem-nos mais de foro interno partidário do que de gestão municipal, mas que no entanto, a sua essência, o assunto toca a gestão do município, conseqüentemente, o papel desta Assembleia Municipal.

Refiro-me concretamente à polémica levantada em torno da **Empresa Municipal de Turismo de Coimbra**.

Pensava que este assunto por transparência e por respeito a este órgão, estivesse na agenda de trabalhos, mais que não fosse, para esclarecer e colocar-se um ponto final nesta polémica.

Polémica que nos leva a pensar que afinal, talvez não saibamos, o que é, como está ou como ficará, essa Empresa Municipal, que teve o aval da Assembleia Municipal em 2005, como é da sua competência.

Assim de forma clara e concreta perguntamos:

-Que alterações se registaram?

As dúvidas levantadas, se é que só de dúvidas as podemos chamar, pelo seu ex-vice-Presidente, exigem ou não, nem que seja por mera transparência com os municípios de Coimbra e por respeito a esta Assembleia Municipal, que o assunto seja de novo apreciado neste órgão?

Se entende que não, garanta-nos que nada foi alterado e que se mantém intacto o que foi aprovado em reunião de Executivo, Março de 2005 e em Assembleia Municipal.

A segunda questão, é sobre a **Carta Educativa de Coimbra**.

Num momento, em que seria importantíssimo termos este instrumento de planeamento aprovado, e relembro que se tivessem sabido ceder, provavelmente a Carta Educativa não teria sido reprovada, mas esquecendo esse facto, pois ele é irreversível, importa sim saber:

-Para quando esta prevista a apresentação da Carta Educativa de Coimbra, já reformulada?

Independentemente da capacidade efectiva que o poder local tem ou não, neste reordenamento da rede escolar, a fragilidade será muito maior, para os municípios, como é o nosso caso, que não temos instrumento aprovado.

Assim, questiono claramente:

-Como está a situação da carta educativa de Coimbra?

Acrescento, porque apesar de considerar que em Educação a visão não pode ser economista, mas também não há necessidade de desperdícios a seguinte questão, que também me parece a não desprezar, até atendendo à situação financeira do próprio município:

-a reformulação desta carta educativa, representa mais algum custo financeiro para o município?

Por último a terceira questão, que se prende com mais uma polémica mediática que nos envolve.

A questão do processo **Euro Stadium**.

Aqui gostaria de esclarecer, em abono da verdade, porque não mudo de opinião feita cata-vento, só porque não estou, na bancada “Por Coimbra” que continuo convicta, que quando defendi a transparência que existe no município de Coimbra, em questões de urbanismo, não me enganei.

Pedi na qualidade de membro desta Assembleia, já sem estar integrada na bancada, acesso aos documentos e ao processo e eles foram-me cedidos, em tempo útil.

Não esperava outra coisa.

Mas em relação a todo este processo, a questão que coloco e que não se prende com dúvidas de transparência e muito menos com preocupações, sobre perdas ou não de mandatos, essa é questão que não me preocupa, o que pretendo sim, é ter a certeza, que em nome da transparência, a qual eu defendi, e, da qual, ainda, estou convicta, que é necessário esclarecer.

Em nome da transparência tem de ser dada uma resposta clara, a uma pergunta, que não foi respondida, mas a qual, permitam-me a imodéstia, colocará um ponto final, nesta questão do dolo ou não dolo, por parte do executivo, em todo este processo.

A questão é simples:

-A Câmara Municipal, para afastar a questão do dolo, tem um parecer jurídico, junto aos autos deste processo, dado por um especialista de direito de urbanismo, que corrobora a decisão do executivo, afastando-se assim a questão do dolo.

Mas este parecer, sabe-se que foi tardiamente junto aos autos.

O que importa então saber é se:

-No momento da deliberação por parte do executivo, existia ou não algum parecer jurídico que sustentasse e confortasse a deliberação tomada?

-Importa, ainda saber se esse parecer, que eu acredito que exista, dada a natureza deste processo, dizia, se esse parecer, é interno, ou externo?

E onde o podemos encontrar?

São os 3 assuntos, que espero ver esclarecidos e respondidos de forma clara, pelo Senhor Presidente do Executivo, já que nos parecem questões fundamentais para o bom funcionamento do poder local e para a dignificação das Assembleias Municipais, cujo papel por vezes se esquece.

Afinal serão respostas curtas, e questões directas.

Acredito que o Senhor Presidente terá as respostas até porque se me permite, lembrava as suas palavras numa Assembleia Municipal “Eu não chuto para o lado”, e porque não duvido da palavra de um cavalheiro, tenho a certeza que responderá, esclarecendo esta Assembleia Municipal.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“Eu li num órgão da comunicação social e por isso quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara de uma reivindicação da Junta de Freguesia e também dos comerciantes da Baixa, que é a futura passagem das carrinhas “Ecovia” no canal Ruas Ferreira Borges/Visconde da Luz.

Provavelmente está resolvido parte do problema mas não a solução do mesmo. Enalteço a sua posição Sr. Presidente.

Por outro lado, quero agradecer, porque se não fosse a sua intervenção não se realizaria o evento, no próximo dia 14 Jazz, na Praça do Comércio. Dentro da vereação há pessoas que têm uma visão retrograda e não sabem o que é uma freguesia a trabalhar.

Eu não tenho essa visão e o Sr. Presidente também não. E por isso eu quero aproveitar a oportunidade de dizer que a razão é do meu lado. Não se compreende que numa deliberação tomada pelo Executivo em 2/Abril/2007, onde a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu vem pedir a cedência do espaço, colaboração e apoio, mesmo na comunicação social referimos o apoio da Câmara e somos presenteados pela desorganização total de alguém com responsabilidades, que teve a ousadia, e quero aqui pedir desculpa ao Grupo Etnográfico de Coimbra que não tivemos qualquer culpa, porque nesse mesmo dia na Praça do Comércio vai haver uma amostra de sabores tradicionais e artesanato, onde vão operar 20 artesãos. À noite um festival de folclore com um grupo de participantes e a 200 metros desse mesmo evento vai realizar-se também, um festival de folclore do Grupo Etnográfico de Coimbra.

Sr. Presidente, penso que V.Exa terá de colocar mão a este pelouro, entrou em roda livre, não há programação, ninguém se entende.

Queria também dizer ao Sr. Presidente que no programa das Festas da Cidade de Coimbra não vi referenciado um evento da Junta de Freguesia de Santa Clara, em realizar a Feira Popular de Coimbra, evento que atrai milhares de pessoas, de fora e dentro da Cidade de Coimbra.

Talvez por lapso! Mas dentro desta casa as pessoas ganham para trabalhar e trabalhar bem!

A última questão é perguntar ao Sr. Presidente qual é o ponto de situação da utilidade pública da “Braga Parques”.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Sta. Clara:

“Em primeiro lugar quero agradecer ao colega Carlos Clemente a sua defesa sobre a “Feira Popular”, a sua solidariedade para com a Junta de Freguesia de Santa Clara.

A Junta de Freguesia está a investir talvez no maior evento municipal das Festas da Cidade, onde vem gente, onde emprega mais meios, com patrocínios não só Câmara, como também da Associação de Festas. Nem sei como é que as coisas estão e até me estou a sentir ameaçado.

A Junta de Freguesia arrisca tudo e como sabem a freguesia de Santa Clara é das mais prejudicadas na distribuição dos protocolos das delegações de competências. Pelo Estado estamos em 4º, pela Câmara Municipal de Coimbra estamos em 28º.

E se hoje temos uma quantidade de trabalhos na freguesia é à custa da Junta de Freguesia, por exemplo: que numa freguesia que tem o “Portugal dos Pequeninos” com 10 milhões de portugueses que já o visitaram, onde tem quinhentas mil pessoas no mínimo mil em quatro meses, que não tem ninguém a fazer limpeza a não ser a junta de freguesia de Santa Clara.

Posso dizer que, quatro funcionários, mais a carrinha custa à freguesia de Santa Clara quarenta e dois mil trezentos e oitenta e cinco euros por ano. Isto para mostrar que a Feira Popular é para ganhar algum dinheiro, para pagar todas essas coisas que ninguém faz naquela Freguesia. Vejam, ao sítio de Coimbra onde vão mais turistas: Convento de Santa Clara-a-Velha, Portugal dos Pequeninos, Quinta das Lágrimas, Rainha Santa. A Rainha Santa infelizmente está a ser retirada dos circuitos turísticos porque não passam as camionetas, porque quando chegam têm o circuito todo vedado. Quero-vos dizer que os presentes que recebo de quem visita Coimbra são quantidades loucas de fraldas, de papel,

papel de gelados e outras matérias,...todas as pessoas falam disso. Portanto, hoje temos de repensar muito mais o futuro do turismo. Li na comunicação social que íam apostar no turismo científico. Não sei se vai haver turismo científico. A verdade é que o turismo de excursão, turismo dos portugueses que vem, a Santa Clara, nem sequer tem um posto de turismo! Não podem estatística por as pessoas que vão ao posto de turismo na Portagem buscar o mapa, nem podem estar a fazer do turismo da Universidade aqueles que consultam só a INTERNET, não pode ser assim!

Agora a Cidade está em festa! Que festa? Um luto! Não há um sentimento de festa nesta cidade!

Fiquei a ver televisão, e fiquei pasmado com Porto e Gaia, ao fazerem um fogo de artifício em comum, digno de se ver. O S. João na Figueira, cidade que se calhar tem mais dificuldades que Coimbra em questão de endividamento. Sei que o nosso concelho está quase a pôr as contas em dia, e pergunto se não havia uns troquitos para se deitar um foguetes? Será que não havia?

Gostava que a minha Câmara reparasse em mim e que tivessem maior solidariedade neste caso. No caso das outras freguesias eu sou solidário com quase todas as festas. Portanto também gostava que me ajudassem, que a minha própria Câmara que me ajudasse neste sentido.

Posso-vos dizer que, infelizmente, nos sanitários do Choupalinho não puseram um rolo de papel higienico. Tenho lá quatrocentas pessoas a dormir, nem um rolo de papel higienico, nem gás. Foi a Junta que teve de pagar tudo. Estamos a falar de mais de cem mil euros não estamos a falar de brincadeiras, a maioria das juntas não tem cem mil euros por ano nos protocolos da Câmara. É um esforço tremendo. Pergunto se, a Junta de Freguesia de Santa Clara tiver um prejuízo, quem é que o suporta? Mas quando aqui se fazem festa que se contratam artistas de nomeada e quando não dá lucro porque as entradas ninguém vai porque a maior parte das vezes estão às moscas, quem paga?

Como hoje trouxeram o problema das escolas, também vou falar das escolas, mas não da DREC.

Da criação dos agrupamentos que para mim só vieram prejudicar as freguesias, posso dizer que a minha escola que existe há dezenas de anos, por isso é uma escola antiga, estão a deslocar crianças para outra freguesia enquanto eu tenho escolas a encerrar por falta de alunos. Isto não compreendo que os agrupamentos, e que ai está uma escola que tem mais de 200 alunos como a escola das Almas de Freire e tem mais de dezoito alunos a serem transferidos para agrupamento X quando temos dois agrupamentos para escolas fora das freguesias porque essa escola pertence ao agrupamento de Inês de Castro e não agrupamento da escola Silva Gaió se dentro da minha freguesia tem de haver essa deslocação de crianças e com os incômodos dos pais, tenho crianças a viver a 10 ou 15 metros da escola que tem de ir agora para escolas de outras freguesias. Como é que pode ser isto?

Aqui faço uma proposta ao Senhor Presidente da Câmara que tem o pelouro da educação, que é esta: na DREC tente acabar com os agrupamentos, porque os agrupamentos neste momento só estão a prejudicar as freguesias.

Naquilo que me toca, desde que os agrupamentos estão nas escolas, nem tenho vontade de ir às escolas, porque dou cada vez mais às escolas do que recebo da Câmara, e agora estou a dar a um agrupamento que gere aquilo de uma maneira quase incompreensível, não estou a falar de falta de honestidade. Não compreendo como uma escola possa pedir cartas e que levem lá 12 envelopes com 12 selos.

Isto de meterem uma turma para o 1º ciclo quando tinham duas, os alunos ficam a partir das 15h30m sozinhos entregues sabe-se lá a quem, é um pandemónio.

Quando as coisas estão mal, ou se melhoram ou se acabam, eu fazia votos que os agrupamentos acabassem principalmente nesta situação, porque estou em vias de ser eu próprio a cortar com os agrupamentos porque não estou a ver com bons olhos tudo isto. Professores a querer mandar noutros professores, acho quem está nas escolas primárias sempre soube dirigir bem as escolas, não é agora os professores das escolas secundárias a querer mostrar capacidade superior a dirigir as escolas do ensino básico.”

Intervenção da deputada municipal Manuela Rodrigues (BE):

“Hoje está calor, mas há algumas semanas tem estado dias chuvosos para as nossas expectativas.

O tempo que tem estado nestas duas semanas faz-nos esquecer que, nas últimas semanas têm sido caracterizadas em todo o mundo e na Europa também, por fenómenos meteorológicos de extraordinária gravidade que levaram à morte de dezenas de pessoas, foram inundações, incêndios, temperaturas elevadíssimas que provocaram muitas mortes. Em Portugal, se começar o calor também começam os incêndios e as situações vão-se agravando. Donde, as razões do clima estão, na verdade, cada vez mais graves e que já não são meras ameaças longínquas.

Mas a verdade é que, as questões ambientais, estão hoje mais do que nunca na ordem do dia porque têm a ver com muitas coisas dos municípios em termos de prevenção.

Muitas das questões destes catastrofismos passam por questões de problemas de caos de coisas imprevisíveis, a prevenção sabe controlar aquilo que é incontroável. E a verdade, as questões dos incêndios na nossa região continuam a não estar resolvidos. Muitas das questões relacionados com inundações e cheias continuam também a não estar resolvidas. Por exemplo, há poucos dias perguntei ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Eiras, porque é que estava um edifício em construção em frente da escola primária de Eiras, porque me parece que está em cima de uma linha de água. Ele disse-me que sabia que era um edifício para uma habitação, e ele próprio tinha mostrado a sua discordância, porque estava exactamente no sítio da escorrência das últimas cheias, e era perigoso. Essas coisas não são perigosas só por si, depois vêm pedir indemnizações à Câmara que autorizou a construção, mas são perigosas também para quem está a montante nessas mesmas cheias. Há aqui uma série de decisões que são tomadas pontualmente, erráticamente em autorizar isto e aquilo, depois quem sofre somos todos nós, que depois temos de subsidiar essas coisas.

Já chamei a atenção do senhor vereador do pelouro da segurança pelo facto do paredão de contenção da margem do Mondego, na ponte de Sta. Clara, do lado do Estádio Universitário estar a abrir uma fresta enorme, para se tomar providências. Não é depois de haver uma desgraça que se vai tomar medidas, porque é assim que tudo isto funciona.

Os últimos debates que ocorreram na casa da Cultura e que foram pouco participados em consequências das circunstâncias, falou-se pontualmente de algumas questões que tem a ver com o ambiente, uma delas era de um projecto que eu desconhecia de aproximação de autonomia energética do município que foi apresentada em tempos e que nunca mais foi retomado, acho que seria importante pensar tendo menos independente da energia dentro daquilo que for possível.

Outra medida que também é importante tem a ver com o abastecimento de água. Está-se a fazer neste momento o abastecimento de água ao norte do concelho, era importante começar-se a pensar a sério, no reaproveitamento das águas pluviais para outros fins do que serem simplesmente deitadas fora. É absurdo e em termos mundiais isto é muito grave, serem utilizados para regas águas potáveis.

Outras questões têm a ver com a mobilidade. Neste momento tinha uma sugestão aos transportes públicos nomeadamente aos SMUTUC, que seria no sentido que se fosse criado um passe anual, que cativasse os utentes ocasionais dos transportes colectivos. Muitos de nós usamos os transportes vezes insuficientemente para justificar arranjar um passe. Se o preço anual fosse para os habitantes de Coimbra um pouco mais atractivos as pessoas passariam a usar mais vezes os transportes colectivos, isso não corresponde a nenhum custo de imediato uma vez que os transportes está no relatório de 20%, o facto de ter mais passageiros não fica mais caro o que levaria a ter mais passageiros, o que implicaria os estacionamento nas zonas mais periféricas.

Neste momento, está em discussão o plano estratégico de Coimbra era importante prever o Plano Estratégico de mobilidade individual pedonal, autorizar as pistas de bicicletas que estão prometidas e que não passam do projecto uma vez que não está prevista de todo a mobilidade nunca vai ser possível em Coimbra convencer as pessoas a não virem de carro para a cidade ou não fazerem de carro de terminados percursos.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (“Por Coimbra”):

"Por indigitação desta Assembleia Municipal faço parte da Comissão de Licenciamento Comercial e estive precisamente hoje de manhã na Direcção Regional de Economia, numa reunião, onde aproveitei a oportunidade para questionar o Sr. Director se, se confirma as notícias vindas na comunicação social no sentido da Direcção Regional de Economia sair, também de Coimbra.

Fomos informados de que ainda não estava nada decidido, uma vez que a situação estava a ser analisada no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central (PRAC).

Não existem critérios ou orientações do Governo em relação a Coimbra, sabemos é que já saíram de Coimbra as direcções regionais dos “Edifícios e Monumentos Nacionais” e da “Agricultura e Pescas”.

Ao ouvir a minha colega de bancada Maria Reina, confesso que pensei que a preocupava discutir as grandes questões que interessam para o futuro de Coimbra, os grandes projectos que nunca mais aparecem.

É por isso, que quero aqui deixar claro, que efectivamente esta bancada “Por Coimbra” mantém a inteira confiança no Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e no seu respectivo executivo.

Em relação à polémica que vem nos jornais e que foi aqui anteriormente levantado sobre o Euros Stadium, eu penso que as pessoas não tomam em conta as perspectivas de desenvolvimento para o avanço desta Cidade.

Desafio que perguntem aos cidadãos de Coimbra se não ficámos mais ricos com o Pavilhão Multidesportos, com uma piscina olímpica e outra de 25m, o desdobramento das piscinas em Santa Clara/S. Martinho, o complexo das piscinas da Pedrulha/Eiras o Parque de Campismo centenas de lugares de estacionamento em contrapartida financeira.

Sabemos que custa admitir o que está feito, mas temos de ter humildade necessária para ver que este Executivo trouxe para Coimbra mais-valia.

Era importante que houvesse uma conferência de representantes, criar consensos e questionarmos pela positiva formalizando um documento para sabermos concretamente como vão as extensões de saúde das freguesias de Almalaguês, Taveiro ou de Ceira.

Como vai a construção do IC2, variante sul, e a sua adjudicação a construção da estação ferroviária de Coimbra –B, a aceleração das

obras do nosso Hospital Pediátrico, o novo Tribunal de Coimbra, porque razão as direcções regionais saem de Coimbra, a Metro Mondego. Quando é que o IC3, o IC6 vão ser construídos e a auto-estrada para Viseu?”

Intervenção da deputada municipal Maria Reina:

“Porque fui citada quero exercer o meu direito de resposta. Coloquei uma questão muito concreta, não falei se ganhávamos ou perdíamos com desdobramentos de piscinas de equipamentos de mais nada, eu apenas disse que, por uma questão de transparência aquela que defendi e que ainda acredito que exista, que, nos deveria responder se existiam ou não, o parecer no momento da tomada de deliberação, mais nada. Todo o resto do seu discurso fica à margem daquilo que tenha dito e deve ser uma divergência ou um deambular por outros caminhos.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Ameal:

"Na realidade também são minhas as palavras proferidas por alguns colegas, que já aqui passaram. Tendo outros assuntos a falar, não queria não queria deixar de falar das escolas.

Neste momento, quem está nas freguesias a ouvir, as populações é que se apercebe deste do flagelo que vai ser as escolas durante o próximo ano lectivo.

Acho que o Senhor Presidente da Câmara nos devia ter dado mais informações, e procurado transmitir aos Presidentes de Junta. Sou representante dos Presidentes de Junta no Conselho Municipal de Educação e também não fui convocado desde a aprovação da Carta Educativa.

Gostaria que todos os Presidentes de Junta estivessem atentos, porque hoje são uns e amanhã são outros com o problema de fecho das escolas.

Querida também, solicitar o Senhor Presidente da Câmara que olhasse para o calendário e, se apercebe-se que há 2 anos estamos a espera de começar a sede da Junta da Junta do Ameal, e que se fez ramais de saneamento, ramais de água e que a obra não avança. Esperamos que a curto prazo se desbruce sobre esse assunto para que seja uma realidade neste mandato, esperemos!

Mais uma vez queria chamar a atenção do Senhor Presidente da Câmara que a Junta de Freguesia do Ameal, há dois anos que espera iluminação da via rápida. Ficou para ser estudada a iluminação, e ficou tudo na mesma nunca se trabalhou nisso, quem for à noite pela Via Rápida, a do Mercado Abastecedor é um deserto. Por isso, gostaríamos de ver a curto prazo isso ser resolvido, porque até foi um compromisso do Senhor Presidente aqui nesta Assembleia.

A Câmara Municipal de Coimbra está neste momento a fazer a recepção de uma obra na freguesia do Ameal, a qual agradecemos na altura, porque na realidade foi uma obra difícil de concretizar que apanhou as cheias, houve dificuldades em repôr todo os estragos que foram feitos. Mas, esses estragos foram feitos porque na altura não foi ouvido a Junta de Freguesia, que chamou a atenção da Câmara e dos seus técnicos. Fazer aquela obra sem a limpeza da ribeira, linha de água contígua à estrada, a estrada poderia cair, foi exactamente o que aconteceu parte dela porque ninguém limpou a linha de água. O que é certo é que a estrada foi reparada pela empresa que está agora encarregue à obra, a Câmara vai fazer a recepção da obra, a ribeira continua por limpar e se calhar no próximo inverno vamos ter uma estrada que custou cinquenta mil contos mais uma vez estragada. Querida deixar este alerta ao Sr. Eng. João Rebelo para que ele com o Eng. Ulisses possam resolver esse assunto porque já recebeu cinco ou seis ofícios nesse sentido.”

Intervenção do deputado municipal Carlos Cidade (PS):

“Antes de mais queria subscrever inteiramente a intervenção do Sr. Presidente de Junta da Freguesia de Sta Clara com uma ressalva, é evidente que é importante o turismo, é evidente que os autocarros vão ao terreiro de Sta Clara-a-Nova mas, mais importante que isso é que as ambulâncias possam passar e não fiquem minutos ali paradas porque às vezes se transformam em horas e as pessoas a quem se quer transportadas para o hospital. Não se admite a situação ao pé do Café Miradouro. Onde está a Polícia Municipal a Polícia a de Segurança Pública? O Senhor Presidente tem competências em relação a isto, não sei se da parte do Presidente da Junta foi feita alguma coisa, mas pelo menos chamar a atenção.

Passando a outro ponto, ainda bem que a população de Andorinha aqui veio a esta Assembleia, mas espero que venham mais! Não percebo o que é que se andou aqui a fazer, falei isto na Assembleia Municipal anterior, o grupo do PS apresentou aqui uma moção muito clara o que é que pretendia em relação à Carta Educativa já tivemos a oportunidade de dizer aqui na moção que apresentamos a questão era de discutir com as comunidades educativas o que é que se estava aqui a propôr. O Senhor Presidente fez questão de dizer que teria que ser aprovado à força, aliás curiosamente a moção só não foi aprovada por um voto, o que quer dizer que havia aqui muita gente, e há, que agora manifestam-se mas na altura, que era altura ideal, ninguém o fez.

Quando estamos a decidir temos que ver as consequências de tudo isto, os factos são estes! Porque a Carta Educativa não foi aceite pela DREC. Pergunto agora, porque não adiaram a Carta Educativa? tinha-se ganho mais algum tempo e naturalmente tinha-se resolvido toda esta situação.

A Carta Educativa vai ter que vir aqui novamente à Assembleia Municipal.

Se ela não foi aceite pela DREC por alguma razão é!

Não se percebe que um município como Coimbra se deixa chegar a este ponto. Tem a ver com a concerteza com o mau trabalho feito, em relação à Carta Educativa, e a falta de diálogo com as populações começa a ser um hábito.

Portanto às pessoas de Andorinha dizer o seguinte;

Da nossa parte há toda a disponibilidade para considerar tudo o que for necessário dentro das competências que nos cabe. Assim nos deixem trabalhar que é só isso que queremos. Da parte do Senhor Presidente não tem sido capaz de transformar isto em possibilidades de trabalho a quem quer trabalhar.

Foi constituída na última Assembleia Municipal uma comissão a qual fui eleito, e por isso tenho de dar contas daquilo que faço, em relação à questão da IC2.

A comissão reuniu com o Sr. Presidente e com Vereador João Rebelo, determinamos uma linha de orientação em relação ao processo para se chegar junto do Governo Civil. Entretanto foi-nos também transmitido, creio pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal para termos nesta fase algum cuidado, dado que, tinha sido acertado com um técnico e com o Eng. João Rebelo uma forma de trabalho que fariam chegar ao Senhor Governador Civil todos percebemos o que estava em causa, e para já mantemo-nos nessa expectativa.

Em relação à Unidade de Tratamento de Resíduos, que fique bem claro que o Partido Socialista na Assembleia Municipal tem uma posição clara sobre isto, é bom referir porque muitas vezes fala-se em nome do PS.

O PS nesta Assembleia Municipal apresentou uma moção sobre esta matéria mas de qualquer forma é evidente que este processo tem o seu início, mas tenho a impressão que vai acabar mal. Foram alertados por pessoas com conhecimentos nesta matéria, estou a

falar do Professor Martim Portugal, que não se pode pôr em causa a sua competência técnica e científica em relação a esta matéria, que foi nesta bancada transmitido e nesta Assembleia Municipal, nomeadamente a localização e é disso que estamos a tratar, é a sua localização. Só dar mais um dado se fomos a ver quais são os interesses económicos da ERSUC são legítimos e dos seus acionistas não é esta solução que concertiza a ERSUC defenderia, pois não está nas mãos da ERSUC decidir qual é o local mas, também não é esta pelas circunstância e razões económicas de aproveitamento da ERSUC, não, não é! Esta a solução.

Em relação à “Inovação Parque,” que aqui foi abordado, e bem, só poderemos dizer uma coisa, que tenha cuidado porque a imagem da Cidade é que está em causa.

Por último, uma saudação pela ideia que o Sr. Presidente quer avançar com um campo de golfe, não sou praticante mas na verdade é uma modalidade que gosto de ver e penso que o local é espectacular.

Agora pelas mesmas razões que foram viabilizados os campos desportivos para a Associação Académica de Coimbra do Polo II, não sei se isso está assegurado, depois não venham daqui a alguns uns anos algum Presidente a dizer que a ideia era boa, mas que se esqueceram que aquilo não poderia ser feito ali."

Intervenção da deputada municipal Margarida da Fonseca (CDU):

“Eu começava por esta última intervenção do sr. deputado Carlos Cidade, só para o lembrar que, já aqui se falou da Carta Educativa, da sua não homologação, mas quero lembrar que os pais, na freguesia de Andorinha que estão aqui presentes, não estão cá por causa da carta educativa, estão cá por causa de uma listagem que o Ministério da Educação e as Direcções Regionais publicou em Janeiro deste ano, no sentido de escolas e jardins de infância para encerrarem em Setembro. Ou seja, não vamos confundir coisas! Uma coisa é a carta educativa, obviamente nesta Assembleia a CDU também votou contra essa carta educativa e um dos problemas que levantou em relação à mesma é a falta de discussão pública. Os pais da freguesia de Andorinha não estariam cá por causa da carta educativa mas sim, porque a escola de Andorinha só iria encerrar no ano 2013/2015, não é por isso estão aqui por outro motivo os Presidentes de Juntas que já falaram, enquanto aos encerramentos das escolas nada têm a ver com a carta educativa, vamos separar as águas e tratar estas duas matérias de formas diferentes.

A CDU já vem falando no encerramento das escolas desde da Assembleia de Fevereiro, onde pedimos ao senhor Presidente da Câmara que nos facultasse a esta assembleia a listagem que a DREC tinha sobre o Concelho de Coimbra. A situação dos encerramentos e esta listagem de escolas para encerrar, é uma medida deste Governo do PS. A carta educativa de Coimbra não está homologada, mas as outras que estão homologadas também não estão a ser mobilizadas, ou seja, estes encerramentos não são só no distrito de Coimbra, são a nível nacional, estão a ser à margem e a contrariar inclusivamente aquilo que tem as cartas educativas, mesmo as que estão homologadas.

Já agora para dizer que o Sr Presidente de Junta da Lamarosa, que falou sobre a carta educativa e de facto de a ter aprovado com convicção, eu presumo por aquilo que disse, terá votado com convicção mas com algum desconhecimento porque a carta educativa não prevê os centros educativos prevê umas outra coisas e se calhar esse será o motivo que a mesma foi chumbada. Na carta educativa de Coimbra não estão previstos centros educativos é esse o objectivo do Ministério deste Governo mas não está contemplada na carta educativa.

A Carta Educativa de Coimbra a não ter sido homologada tem de ser revista e deveríamos já nesta assembleia ser esclarecidos, quais os factores que levaram à não homologação dessa mesma Carta Educativa."

“Senhor Presidente da Câmara

Vou dirigir-me a V. Ex^a na qualidade de vereador da Educação, cargo que, pelo que tenho vindo sucessivamente a constatar, exerce esporadicamente ou, presumo mesmo, que se tenha esquecido que o mesmo está à responsabilidade de V.Ex^a.

Se à muito me apercebi que a Educação é uma área menor e menosprezada por esta autarquia, lamentavelmente, tomei recentemente consciência plena desse facto.

Contextualizando a questão:

-perante o panorama desastroso do número de escolas do 1º ciclo sinalizadas para encerramento no concelho de Coimbra (lembro 20 escolas e 2 jardins de infância) onde apenas 3 têm uma taxa de frequência inferior a 10 alunos e as restantes entre 10 e 18 alunos, onde os jardins de infância sinalizados têm 10 e 13 alunos, respectivamente, a concelhia de Coimbra do partido Comunista, decidiu promover uma campanha contra esta proposta sob o lema “Melhores Escolas Perto de Casa” onde explicitamos as nossas posições e a nossa visão alternativa aos encerramentos;

-Das diversas iniciativas que desenvolvemos ao longo de três meses, junto das escolas, pais e populações visadas, mas também junto dos cidadãos em geral, recolhemos cerca de 2 mil assinaturas que formalmente entregamos na DREC, no passado dia 28 de Junho;

-A delegação que se dirigiu à DREC foi recebida pelo assessor da Sra. Directora Regional, no decurso da audiência tomamos conhecimento que, das 18 Câmaras da Região Centro, apenas a de Coimbra não se fez representar pelo Presidente da Câmara e pelo Vereador da Educação – no caso específico são uma e a mesma pessoa;

-percebendo que de facto, no entender da DREC, prejudicou as “negociações” uma vez que os presentes nessa reunião (Dr. Oliveira Alves e Dr. João Teixeira) não estariam em condições (até por razões de ordem institucional) de assumirem alguns compromissos e/ou decisões, procurei saber se tal se tinha verificado apenas com esta autarquia ou, se outras situações semelhantes teriam acontecido. Mais preocupada fiquei quando nos informaram que era situação única, pois todos os Vereadores da Educação estiveram presentes e muitos Presidentes de Câmara fizeram também questão de estar...!!!

Dr. Carlos Encarnação é com mágoa que sou obrigada a constatar que o concelho de Coimbra, em matéria de políticas educativas, depende exclusivamente das opções e directrizes do Ministério da Educação e da DREC.

Quando na última Assembleia Municipal questioneei V.Ex^a sobre qual a posição da Autarquia perante os encerramentos propostos, e que providências estavam a ser tomadas no sentido de envolver a comunidade educativa neste processo, a única resposta objectiva sobre o assunto, da parte de V.Ex.^a, foi que “não encerraria nada sem o aval dos presidentes de junta” e, referindo-se às orientações do Ministério da Educação afirmou não estar “em sintonia com as políticas da Sra. Ministra”...

Senhor vereador, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra não estar “em sintonia” significa, no seu entender, demitir-se de intervir sobre as questões? Não lhe parece que, “não estando em sintonia” com as políticas deste ministério da Educação deveria, pelo contrário, envolver-se, defender os seus pontos de vista, apresentar soluções alternativas? Quando a DREC publicar a lista final, com os estabelecimentos efectivamente encerrados já a partir do próximo mês de Setembro, a quem é que os Pais, os Presidentes de Junta vão pedir explicações?

Afinal parece que esta autarquia não salvaguardou, mais uma vez, os interesses da comunidade educativa... Houve reuniões com os Presidentes de Junta no sentido de discutir o problema? Houve reuniões com os Agrupamentos para aferir soluções?

Espero que não me responda alegando que houve uma reunião no agrupamento de S. Silvestre com o respectivo presidente de junta, o Órgão de Gestão e Pais de apenas duas das 8 escolas e 1 jardim de infância sinalizados na área desse Agrupamento. Ou que me responda alegando que o Dr. João Teixeira telefonou ao presidente da junta de S. João do Campo, há já alguns meses, informando que a EB1 de Cioga do Campo iria fechar e os alunos passariam para a EB1 de S. João do Campo...

Volto a lembrar o que aqui já lembrei no passado recente – esta Assembleia Municipal aprovou uma moção proposta pela CDU, votada por maioria, onde se exigia ao responsável pelo Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Coimbra, a salvaguarda dos interesses da comunidade educativa e que a mesma fosse auscultada antes de tomadas de decisão... Mais uma vez se fez tábua rasa das tomadas de posição desta Assembleia Municipal...

A CDU responsabiliza esta Câmara pelas consequências e prejuízos decorrentes dos encerramentos que vierem ser definidos, pela postura, incorrecta e de indiferença, com que acompanhou o reordenamento da rede escolar no Concelho de Coimbra. As posições políticas Dr. Carlos Encarnação, são para serem assumidas com clareza e frontalidade pois só assim poderá continuar a afirmar “que não está em sintonia com as políticas da Sra. Ministra” senão mais parece que as mesmas, estarão a facilitar as suas pretensões. É esta a conclusão a que chego passados estes meses em que V.Exa. nunca definiu claramente a posição desta Autarquia perante esta leva de encerramentos.

Ainda em matéria de política gostaria a CDU de colocar duas questões:

-O relatório sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular, ao qual V.Ex.^a fez referência na última Assembleia Municipal, está concluído? O próximo ano lectivo, nesta matéria, está a ser organizado na perspectiva de corrigir e eliminar as diversas soluções de remedeio” que se verificaram na maioria das EB1 do concelho de Coimbra no que respeita à implementação das AEC's?

-Em Setembro de 2006, o Jardim de Infância de Trouxemil viu-se confrontado com a retirada de uma sala, espaço próprio para a componente de apoio à família, tal como a Lei exige, para resolver o problema do desdobramento de turmas da EB1 da mesma localidade. À data a CDU contestou o facto, por entender que não se resolve um problema criando outro e contrariando a legislação vigente no que respeita ao funcionamento dos Jardins de Infância. A argumentação de V.Ex.a baseou-se, na altura no número reduzido de crianças a frequentar a referida componente, tendo dito que, caso a situação se inverte-se a situação do Jardim de Infância de Trouxemil seria revista. Estão matriculadas para o próximo ano lectivo 16 crianças. Caso o Jardim de Infância se mantenha em funcionamento, porque é um dos sinalizados para encerramento, que solução prevê V.Ex.a, para o espaço da componente de apoio à família neste Jardim de Infância?”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (Bloco de Esquerda):

"O tempo de que disponho é curto e não me permite abordar todas as questões sobre as quais gostaria de falar. Porém, não posso deixar de abordar, ainda que em duas notas breves, o caso Euro Stadium. O Senhor Presidente da Câmara tem acusado os deputados do Bloco de Esquerda de serem digamos que, mal comportados, demasiado ruidosos e hipercríticos. Porém, a recente decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, veio dar-nos razão, no pedido de impugnação dos actos praticados pelo Município,

relativos ao licenciamento do empreendimento do Euro Stadium, ao declarar a sua nulidade por clara violação do Regimento do PDM.

Sobre a argumentação apresentada para sustentar a inexistência de culpa, ou seja, de decisão dolosa por parte dos membros do Executivo camarário, oferece-nos as maiores dúvidas. Com efeito argumentar que na altura da aprovação pela Câmara, nenhum dos senhores vereadores apresentou qualquer objecção ou dúvida sobre a sua legalidade, não é argumentação jurídica aceitável. Os senhores vereadores podem muito bem ter estado distraídos!

Quanto às várias obras, sistematicamente apresentadas pelo executivo como contrapartidas extremamente benéficas para a cidade, resultantes do empreendimento do Euro Stadium, que me escuso a enunciar, pois que o senhor deputado Moisés Gerales acabou de as identificar na sua intervenção, é preciso dizer que na realidade estas obras obrigaram a Câmara Municipal de Coimbra a profundos esforços financeiros, cuja contabilização o executivo se recusa apresentar publicamente esclarecendo de forma cabal. Esta é uma questão que importa apurar com clareza e de forma definitiva.

Muito provavelmente vamos chegar à conclusão que o Grupo Amorim não é propriamente uma associação de solidariedade social de carácter filantrópico, que procura o bem da cidade, mas antes manifesta, por esta, uma enorme voragem e sede de negócios bem proveitosos.

Mas vamos então ao assunto que é central na minha intervenção.

Em Fevereiro passado, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda manifestou, nesta Assembleia, as suas preocupações quanto ao processo de elaboração dos Planos Estratégico e de Urbanização da Cidade. Dada a capital importância destes documentos que irão estruturar, a médio/longo prazo, a acção política autárquica – definindo estratégias, prioridades e rumos de acção para a consecução de um modelo de desenvolvimento e afirmação identitária da cidade – levantámos algumas objecções críticas relativas à falta de informação e de transparência, de todo o processo. Sublinhámos, com particular ênfase a necessidade de fomentar um amplo e participado processo de reflexão e discussão pública, que mobilizasse a cidade no seu conjunto e não ficasse confinado a um qualquer gabinete que, sob a capa de uma presumível neutralidade técnica, desenhasse propostas à medida de uma visão político-partidária conjuntural, ou de conluios obscuros e interesses instalados.

Fomos, e continuamos a ser, de opinião que instrumentos de planificação estratégica, como os que estão em causa, devem ser objecto de reflexão, debate e diálogo no sentido de gerar consensos, soluções e propostas que, não só mobilizem a maioria das forças vivas da cidade, como tenham a capacidade de sobreviver à mudança de executivo. Sob pena de se estar a desperdiçar dinheiro dos contribuintes, perdendo oportunidade e atrasando, ainda mais, todo um processo que se quer federador de vontades, de sinergias de inovação e criatividade indutora de mudanças transformadoras no sentido da afirmação e desenvolvimento da cidade no contexto regional/nacional.

A forma como o Executivo municipal promoveu a discussão do PE da Cidade, veio confirmar as nossas maiores apreensões. Realizar fóruns de discussão previamente formatados nos temas, que à partida já limitavam ou enviesavam a discussão estratégica, em dias e horas em que os cidadãos se encontram a trabalhar, diz bem dos verdadeiros intentos que presidiram a um verdadeiro simulacro de participação. Os intervenientes, representantes de instituições convidadas pela CMC, foram declarando, mesmo quando integravam as mesas, não ter lido o documento que supostamente estava em discussão, o que levou o vice-presidente da câmara a afirmar que o que se pretendia não era discutir o mesmo mas apenas fazer um levantamento de sugestões. Os jornais locais respigaram

acertadamente do documento que propunha, como estratégia para Coimbra, campos de golfe e hotéis de cinco estrelas.

Do segundo debate no dia 27 de Junho, nem ecos houve, mesmo na imprensa mais simpática ao executivo, tal a importância e relevância das contribuições.

Os documentos até agora apresentados e postos à discussão, levantam-nos sérias reservas críticas, cuja explicitação e apresentação de propostas deixaremos para momento mais oportuno. Contudo, em nossa opinião é um documento bastante fraco, eivado de erros e lacunas de informação factual, a necessitar de ser corrigido. Faz um diagnóstico partindo de algumas fontes já ultrapassadas, pouco precisas e não referenciadas. Não é um trabalho muito sério. Apresenta-nos uma abordagem generalista dos problemas, feita de lugares comuns há muito repetidos, denotando clara falta de rigor, de criatividade e sentido de inovação que não tem em linha de conta todas as potencialidades da cidade e aponta soluções que nos parecem mais ou menos pré-formatadas e assentes em eixos de acção há muito consensuais (como a investigação científica e tecnológica nomeadamente nas áreas de engenharia e saúde) e que tanto poderiam ser aplicadas a Coimbra como a outra cidade idêntica. Cidade do Conhecimento, Cidade da Saúde, Cidade da Cultura, travestida de mero entretenimento em torno das Festas da Rainha Santa, da Queima das Fitas, Cidade do Turismo de elites, para o qual será necessário a construção de um grande e moderno Centro de Congressos, de um Hotel de 5 estrelas e para culminar dois ou três campos de golfe.

Sinceramente, senhor Presidente, para tal produção não era necessário gastar o dinheiro dos contribuintes. Esperava-se mais, muito mais quer no rigor dos dados do diagnóstico e na identificação dos problemas e potencialidades, quer nas soluções e apostas estratégicas para o desenvolvimento da Cidade.

Coimbra e a sua região necessitam urgentemente de um diagnóstico rigoroso e da construção de consensos alargados e consistentes em que alicerçar o desenvolvimento e o bem-estar do futuro. Coimbra possui uma população particularmente crítica e interveniente cuja contribuição é fundamental. Esperemos que não seja obstaculizada.

Por isso julgamos pertinente e totalmente justificada a proposta que passamos a apresentar à Assembleia para que tome em mãos, em articulação com o Executivo municipal, a dinamização de fóruns de discussão pública aberta e participada de modo a poder integrar os contributos quer dos cidadãos, quer das associações cívicas e estruturas mais representativas dos mais variados sectores desde o económico e social, passando pelo científico e cultural, até ao ambiental.”

Proposta

“Considerando que:

-A elaboração dos Planos Estratégicos e de Urbanização da cidade (PE/PU), constituem instrumentos de gestão e administração municipal de capital importância, que determinarão a médio/longo prazo não só o modelo de desenvolvimento da cidade, definindo estratégias, prioridades e eixos estruturantes para a sua consecução, como também políticas de transformação do uso do solo;

-que as decisões que lhes estão implícitas, determinam orientações políticas estratégicas muito para além de um qualquer mandato de um executivo municipal, expressão de uma dada conjuntura político-partidária, e que por isso mesmo documentos desta natureza devem resultar de mais amplas convergências e consensos, quer por parte das forças políticas organizadas, quer das associações cívicas e dos cidadãos;

-que, tal como se encontra explícito no documento “Termos de Referência do PE/PU, a elaboração destes instrumentos de planificação estratégica constitui uma oportunidade

soberana, para a autarquia conduzir um processo de reflexão conjunta, promovendo o diálogo e o debate público, envolvendo todos os principais agentes económicos, sociais, culturais, científicos e ambientais da Cidade na definição das ideias e dos caminhos para os futuros desejáveis e possíveis para Coimbra, tendo em vista devolver à cidade o protagonismo perdido nas últimas décadas;

-que o envolvimento dos/as cidadãos/ãs não só torna os processos mais transparentes como também potencia uma maior eficácia e legitimação, na exacta medida em que permite integrar, nas diversas fases do planeamento, os contributos dos/as cidadãos /ãs bem como das suas estruturas locais que alavanquem um projecto de Cidade sustentável, mais dinâmica, criativa, inovadora e afirmativa;

Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda considera fundamental que na elaboração dos Planos Estratégicos e de Urbanização se garantam princípios essenciais como a maior transparência nos métodos e processos, a salvaguarda dos interesses público e colectivo em relação aos privados; e a participação e envolvimento dos cidadãos, tendo em vista o estabelecimento de consensos mais alargados sobre os desígnios da cidade, as suas metas e estratégias de desenvolvimento e de afirmação no contexto regional/nacional.

É com estes objectivos que propomos:

a-Que a Assembleia Municipal proceda à nomeação de uma comissão de acompanhamento que, em sua representação, dinamize a participação e discussão pública dos Planos Estratégico e de Urbanização da Cidade de Coimbra.

b-Que a Assembleia Municipal exija ser informada de todas as fases do andamento dos trabalhos de elaboração do Plano Estratégico e Plano de Urbanização da Cidade de Coimbra, bem como de todos os relatórios intercalares já fornecidos e a fornecer pela empresa adjudicatária, de modo a poder acompanhar e fiscalizar este processo em todo o seu desenrolar.

c-Que a Assembleia Municipal em colaboração com o Executivo promova, em datas oportunas e em horários compatível com a vida quotidiana dos/as munícipes, a organização do debate público sobre o Plano Estratégico e o Plano de Urbanização da Cidade de Coimbra, para a qual deverão ser convidadas todas as estruturas e organizações cívicas da cidade que representem os interesses económicos, sociais, culturais, científicos e ambientais.”

Posta à votação a proposta apresentada à Mesa Municipal pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda, sobre o Plano Estratégico e de Urbanização da Cidade, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Penso que o deputado não contrariará a proposta que vou fazer. A CDU desde o início tem procurado que esta Assembleia seja dignificada na sua prática fiscalizadora e motivadora de ligação dos cidadãos aos problemas da cidade, por isso só podemos estar de acordo com iniciativas desta ordem. Assim como o Bloco de Esquerda na altura esteve de acordo com as propostas que entretanto fizemos. Penso que há uma grande consonância em relação a isso, achamos que em todo caso se deveria dar uma ordenação diferente às propostas.

Uma redação alternativa, com os objectivos essenciais que a proposta é feita, a qual concordamos e faz parte do nosso projecto político colocado no início desta Assembleia, mas que infelizmente vetada pela “Maioria”.

Acho interessante a evolução do deputado Moisés Geraldês quando aqui e agora, acha que a Assembleia comete esta lógica de fiscalização que na altura quando pensamos que perante a Câmara ela não seria tão necessária porque um cidadão sozinho é capaz de intervir tem todo o direito de intervir, mas agora já acha importante a participação de a intervenção de todos os grupos municipais de averiguar a importância dos projectos que ficam pelo caminho e porque é que eles não se realizam. É bom saúdo a sua chegada, à importância desta Assembleia Municipal e espero que coerentemente com isso vá votar a proposta que eu agora e na sequência e aproveitando a iniciativa do Bloco de Esquerda irei fazer:

-Em primeiro com a redação nestes termos que a Assembleia proceda à nomeação de uma comissão de acompanhamento.

A alínea b) passaria

nº 2 que para tal seja informada todas as faces do andamento de trabalho.

alínea c)

nº 3 a Assembleia Municipal em colaboração com o executivo promova em data ou datas oportunas e porque o debate pode não se esgotar numa única sessão pode ser necessárias várias sessões até e que resultem de várias propostas até sectoriais que possam aparecer, ver com o plano estratégico, propostas sobre o ambiente propostas de ordenamento urbano, propostas de ordenamento industrial, várias propostas porque não podem vir a resultar de várias sessões e daí uma lógica destas. Penso que não contraria a ideia, que culminasse então o debate com datas ou datas oportunas com horários compatíveis o culminar do debate público sobre o plano estratégico e penso que é este o sentido e só alternaria a ordem dos factores, dando a dimensão e dignidade à intervenção da Assembleia Municipal que na minha opinião contestável e discutível que tem vindo a ser subalternizada em todos estes processos ao longo de todos estes anos.

Penso que desta forma estaremos a dar um contributo para danificar a Assembleia.”

Intervenção do deputado municipal Reis Marques (PS):

“Quando pedi a palavra no início desta sessão era fundamentalmente para me referir à pobreza das comemorações do Dia da Cidade, realmente era quase um voto de protesto.

Não só por a pouca, e aí me socorro das palavras do Sr. Presidente da Junta da pouca festividade que o dia teve, mas fundamentalmente até por o esquecimento que houve em dignificar esta Assembleia. Estive na sessão oficial e vi lá poucos deputados no Dia da Cidade. Penso que era um dia para mobiliza toda agente, fundamentalmente aqueles que têm actividade política e os deputados municipais e os presidentes de junta são pessoas importantes a esse nível.

Queria também dizer que não gostei que o Sr. Presidente da Câmara já que teria havido um consenso para que não houvesse intervenções partidária na sessão, foi-nos transmitido isso, nós prescindimos mas na realidade o que aconteceu é que o Sr. Presidente da Câmara aproveitou e deu duas bicadas no governo numa altura em que haveria como um consenso em haver alguma tranquilidade a esse nível.

A primeira, foi em relação ao Ministério da Cultura que não estaria a fazer o seu papel, confirmei hoje e quero dizer que aquela reabilitação que foi feita no laboratório químico foi paga a 80% pelo Ministério da Cultura. Mais, o Ministério da Cultura realmente ainda não se pronunciou sobre a fundação, ela começou agora e provavelmente terá uma palavra a dizer.

Em relação ao QREN, realmente o Governo ainda não explicou o QREN para Coimbra. Mas, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, se a Câmara terá feito o seu trabalho de casa,

será que a Presidência da Câmara já fez as propostas que deveria fazer para o Governo em relação ao QREN? São perguntas que acho pertinentes, até porque nós próprios estamos aqui deveríamos conhecer quais eram as propostas do Executivo.

Mas embora não tenha gostado, a cidade ganharia mais com uma mobilização maior da população, sei que estamos num período de contenção, a Câmara quanto tenho lido a nível monetário mas umas festas destas tem que ter um dignidade, nós achamos que Coimbra deveria ter essa dignidade.

Em relação a uma intervenção da bancado “Por Coimbra”, quanto ao modelo de desenvolvimento de Coimbra, é evidente que não é o Governo que o tem que fazer, será realmente a Câmara, a Assembleia os órgãos locais e nessa perspectiva estamos completamente disponíveis para aprovarmos a proposta do Bloco de Esquerda e as correções da CDU na discussão do Plano Estratégico e Urbanismo para o Desenvolvimento de Coimbra, que tanto precisa, embora acho que o governo não tenha muitas vezes ajudado, penso que há também da parte do governo uma necessidade e uma obrigação de acarinhar e fazer obras em Coimbra. É importante e necessário que nós saibamos reivindicar isso! Também temos que dizer se não fôr o Governo a fazer essas obras nada acontece em Coimbra porque obras em Coimbra são zero.

Queria dizer ao Dr. Moisés que da nossa parte há uma completa disponibilidade, o deputado e a sua bancada fará um ligação dos problemas para discutir nesta Assembleia e estamos disponíveis para os discutir e para juntarmo-nos todos, na reivindicação do que acharmos importante para a cidade.

Da nossa parte não teremos problemas nenhum a discutir, é necessário que tudo seja discutido os problemas que cabem à Câmara e que muitas vezes não são completamente postos aqui nesta Assembleia.”

Intervenção do deputado municipal Pignatelli e Queiroz (“Por Coimbra”):

“Em primeiro lugar quero dizer que me congratulo, embora não tenha tido resposta como era devida, ao requerimento que fiz à Sra Ministra da Cultura em que ela reagiu rapidamente que o túmulo de D. Afonso Henriques não foi efectivamente aberto perante parecer unânime do conselho consultivo do IPPAR e homologação do Sr. Presidente.

Portanto fico também satisfeito com o parecer não pondo nunca em causa, a competência e a dignidade dos produtores da iniciativa.

Por outro lado, também queria fazer uma sugestão à Câmara Municipal, face à geração do problema mas concretamente e neste caso, voltamos novamente à zona de protecção exclusiva do Mosteiro de Celas, que era bom, que a Câmara Municipal quando emitisse alvarás de loteamento verifica-se a quem efectivamente pertencem os terrenos para que foi pedido o licenciamento. Porque está ainda pendente o caso dos terrenos onde foram construídos os edifícios na área de Stª Maria de Celas, de quem são os terrenos? Presumivelmente serão do Estado! Cabe ao Ministério das Finanças, em última análise ao Ministério Público efectivamente resolver o problema.

Também tenho de me congratular embora seja diminuta mas, ao fim de vinte anos foram proclamadas várias áreas de protecção de monumentos e edifícios públicos pelo IPPAR, porque a zona de Celas está quase toda destruída, Stº António dos Olivais o Nó dos Olivais está todo destruído, enfim, espero que essas zonas sejam homologadas embora pouco tragam efectivamente.

Não quero deixar de lamentar também um grave prejuízo para a Cidade e que vai prejudicar efectivamente investigações a determinados processos da retirada de um organismo, que funcionava bem, os Espólio da Direcção dos Edifícios Nacionais.

A concluir, juntando-me aos dois votos de pesar que estão na Mesa, eu não posso deixar de manifestar o meu pesar por os dois nossos ilustres concidadãos. A morte recente com um intervalo curto, de um membro da Assembleia de Freguesia de Stº António dos Olivais, o Dr. Joaquim Nobre de Mascaranhas e seu irmão Dr. Carlos Gil Mascaranhas Nobre, aos quais tinha uma adoração da amizade por eles.

Não queria deixar de transmitir na pessoa do Sr. Presidente de Junta da Freguesia de S. Bartolomeu a expressão do pesar dessa nossa também, segundo a notícia que li, faleceu o vosso Presidente da Assembleia de Freguesia.”

MOÇÃO DE PESAR

"Homem de convicções políticas fortes e bem vincados, lutador frontal e sempre presente, com alguns de nós, ainda, honrou esta Assembleia na defesa dos Interesses das Populações do concelho, o Dr. Alberto Vilaça que, também, há pouco nos deixou.

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 5 de Julho de 2007, manifesta o seu profundo pesar pelo seu falecimento, a transmitir aos seus familiares."

MOÇÃO DE PESAR

"Com acção relevante na Figueira da Foz e depois em Coimbra, onde marcou a sua acção política como Presidente da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, funções em que alguns de nós ainda tivemos o privilégio de acompanhar, faleceu a Dra. Judite Mendes de Abreu. Deixa, assim, o seu perfil e o seu prestígio ligado à História do Município.

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 5 de Julho de 2007, manifesta o seu profundo pesar pelo seu falecimento, a transmitir aos seus familiares."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

“Quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara a sua visita à Freguesia de Brasfemes aquando das comemorações do dia da Freguesia e da Feira Gastronómica.

Por outro lado, fico triste e indignado, quando chegam convites à Junta de Freguesia das iniciativas promovidas pelo Parque das Nações, pela RTP ou por Filipe Laféria, e a Junta não tem meios para aderir a estas iniciativas.

Há pouco tempo a Câmara sensibilizou as freguesias visando uma ida à praia para as crianças mais desfavorecidas, não tendo as freguesias mais do que transportar as crianças para determinado local, para que fossem conduzidas à Figueira da Foz.

Agora, o caricato é, que o Departamento Social da Câmara envia ofício às Juntas a sensibilizar para o dia dos avós, no Parque das Nações, com um conteúdo extraordinário, mas depois termina assim "...a Câmara Municipal não dá transportes..."

De facto, os recursos das freguesias não dão para promover um evento deste género.

O País está em contenção, a Câmara está em contenção, as crianças tiveram o contacto com a praia...e os idosos também não deviam ter essa atenção?"

Intervenção do deputado municipal Oliveira Alves (“Por Coimbra”):

“Vou responder à questão do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes sobre os idosos e queria esclarecer também esta Assembleia do seguinte:

De facto a crise e o constrangimento que há, é conhecida. As dificuldades são mais que muitas, muitos dos nossos idosos vivem substancialmente abaixo do limiar da pobreza, muitos não comem aos sábados, domingos e aos dias de feriados, porque as instituições nesses dias não trabalham e como não têm suporte familiar. Portanto, nós escrevemos aos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesias pedindo a sua colaboração para que nos

ajudassem a identificar esse tipo de situações para se tentar encontrar um programa em linhas de financiamento para colmatar essas situações que em bom rigor, não são uma responsabilidade da Administração Local.

Portanto, há aqui esta questão simples, não chegando o dinheiro para tudo, a que é que devemos acorrer primeiro se levamos as pessoas a passeio ou se procuramos resolver o problema de terem uma refeição aos sábados, aos domingos e nos dias de feriados. É uma questão que fica colocada à consciência da Assembleia e à consciência de cada um de nós.

Relativamente à parte da educação e a razão de ser da minha intervenção, apenas duas ou três notas rápidas e muito breves. Dizer à Sra deputada da CDU que não tive conhecimento, não chegou ao meu conhecimento como sendo responsável pela área da educação da Câmara Municipal de qualquer reunião na DREC que tivesse por objecto definir orientações políticas, em termos educativos, e que consequentemente tivesse ocasionado a falta do vereador responsável pela área da educação no caso da Câmara Municipal de Coimbra, o Sr. Presidente.

Houve reuniões técnicas em que participaram técnicos na área da avaliação, nas actividades de enriquecimento curricular. Por ventura outro tipo de contactos em termos bilaterais, eu próprio já tenho tido alguns mas, não é do meu conhecimento que tenha havido qualquer falta da Câmara Municipal em reuniões de carácter da política educativa. Relativamente as actividades de enriquecimento curricular, que queria dizer que efectivamente que foram já produzidos dois relatórios preliminares, um pela Faculdade de Letras, outro, pela Escola Superior de Educação, que fazem, como digo, uma análise da avaliação preliminar da forma como decorreram as actividades de enriquecimento no corrente ano e que se aguardam, naturalmente a conclusão do ano lectivo para haver depois uma avaliação final. Sendo certo que, entretanto, decorreu na Escola Superior de Educação e com vista para o próximo ano, digamos uma avaliação entre profissionais, professores, encarregados, técnicos, um conjunto alargado de pessoas, no sentido de encontrar o melhor caminho, encontrar a melhor pedagogia para as actividades de enriquecimento curricular.

Uma das coisas desde já, que é possível dizer, em alguns sítios onde claramente têm excesso de rigor nas actividades de enriquecimento curricular, noutros por ventura, estivemos o lado contrário.

E portanto, há aqui questões de afinação que naturalmente são os profissionais que devem fazer através de uma reflexão conjunta, do que esteve bem e do que esteve menos bem, tendo em vista designadamente no próximo ano. E portanto foi nesse âmbito que se deu esse encontro e naturalmente são retiradas as lições para o próximo ano.

Depois dizer que em relação às escolas, numa reunião que ocorreu no Governo Civil a 29 de Janeiro, foi-nos entregue um conjunto das escolas sinalizadas, tendo eu perguntado na Direcção Regional de Educação o que é que significava exactamente, e aquilo que me foi dito que significava “ter menos de 20 alunos”.

E portanto, de acordo com a lei educativa pode ser determinado o seu encerramento, mas, é um processo em avaliação, e esse processo em avaliação tem vindo a decorrer no sentido da própria Direcção Regional, porque importa também clarificar uma coisa, na parte da Educação, a Direcção Regional e o Ministério da Educação digamos que tem a faca e o queijo na mão, porque é a pessoa a entidade que tem a responsabilidade de colocar ou de não colocar um professor na escola, e uma escola sem professor claramente não funciona, e portanto este é o poder que tem o Ministério da Educação. A Autarquia tem o poder e tem o dever digamos de assegurar toda a parte logística de funcionamento

da escola, mas se o Ministério da Educação não afectar uma professor aquela escola por mais que se consiga fazer termos logísticos a escola simplesmente não funciona.

Agora, aquilo que foi assumido em termos e em vários pontos, é que, efectivamente não haveria, aquilo que muito claramente a Câmara por orientação política recidida foi que, tendo em conta um conjunto das escolas que estavam “sinalizadas” em que havia escolas que já constavam da proposta da carta educativa como sinalizadas a prazo, escolas apenas com uma sala e com número de alunos que andarão entre os 10 ou 11, mais ou menos nessa ordem de grandeza, com uma única sala para tudo para refeitório, para sala de actividades, para sala de aulas com 4 classes, e portanto dentro dessas e em relação a essas escolas aquilo que foi assumido, é que por ventura um eventual encerramento, só poderia ocorrer se, e na medida que isso representasse uma mais valia e um bem para os alunos e para as famílias.

E portanto, foi dentro, desses distritos limites que foram fixados que o assunto e esta questão tem vindo a ter o acompanhamento da Autarquia manifestado à Direcção Regional de Educação, em vários momentos e por várias circunstâncias.

E portanto a Direcção Regional de Educação, relativamente por exemplo a duas escolas sinalizadas na Rocha Nova e Vil de Matos, estavam sinalizadas e neste momento já nos disse que vão funcionar em regime normal. Relativamente ao Casal do Lobo que no ano passado se manteve aberto comunicou, que para este ano está previsto o encerramento o que achamos estranho porque frustra completamente as expectativas da população e o eixo de três escolas, que é a escola do Tovim, Dianteiro e Casal do Lobo e relativamente ao qual a autarquia já respondeu opondo-se firmemente ao encerramento dessa escola, tanto mais que a escola do Tovim também está sinalizada e tanto mais, que a escola do Dianteiro não tem capacidade de acolhimento, o que significa que estas coisas são tratadas pelo domínio da educação, são tratadas as pessoas como números e mesmo assim ma, porque não contam efectivamente com o número de alunos que é previsto virem a ter no próximo ano. É de uma forma um pouco altista, a quem com a educação, com a DREC tem também responsabilidades nesta área que é naturalmente a Autarquia.

Depois, ainda e só relativamente as actividades de enriquecimento curricular uma nota, essa sim preocupadíssima porque a componente de apoio à família não está assegurada pelos agrupamento como lhe compete nos termos do despacho da Sra Ministra da Educação, isso tem colocado e acartado graves riscos para crianças que ficam ao abandono, depois do tempo escolar e que ficam deixadas nas escolas de manhã, ao abandono sem que ninguém tome conta delas, por um despacho que não teve em conta a realidade o País, por um despacho que não teve em conta a realidade das nossas freguesias, por um despacho que não teve em conta as instituições e IPSS que estão no terreno e que só não despediram massivamente um conjunto enorme de pessoas, porque não têm dinheiro para pagar as indemnizações...E portanto, tudo isto naturalmente criou um gravíssimo constrangimento não só a Autarquia mas, e principalmente às famílias e às crianças.

É esta a situação é este o panorama que temos e é esta que neste momento se me oferece dizer.

E para concluir, só queria dizer o seguinte:

Trazer esta questão que é eminentemente da responsabilidade da Administração Central para a Administração Local, não é, do meu ponto de vista intelectualmente correcto”.

Intervenção do Presidente da Câmara:

“A primeira coisa que gostaria de dizer é o seguinte:

Em relação à questão de Vil de Matos nós podemos ter reuniões todos os dias, na Câmara, na Assembleia, não tenho nenhum problema com isso, agora, não vou acrescentar nada de novo, nem os senhores apresentaram nada de novo em relação à questão. A única coisa verdadeiramente nova e que eu queria salientar aqui na Assembleia, porque foi o meu compromisso na Assembleia assumido, é a realização do estudo do impacto ambiental já foi divulgado a todos os Sr. vereadores, que já foi mandado entregar ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia e que já foi mandado colocar na Internet na Câmara Municipal.

Aquilo que me comprometi em fazer em relação a Vil de Matos vou continuar a fazer, dentro da mesma linha de conduta, que tenho habituado os membros da Assembleia e os municípios em geral. É um problema que naturalmente tem contestação, como já disse aos senhores interessados de Vil de Matos que respeito a suas opiniões de contestação mas que continuarei a entender como continua a entender a assembleia, como continua a entender o executivo que é o melhor método que podemos utilizar para se tratar dos resíduos domésticos, e portanto em relação a isso evidentemente não há discussão possível.

A segunda questão que é a relativa à Empresa de Turismo, onde não há nenhuma dúvida. O que está aprovado é o que está feito, anunciei ontem como já tinha dito na Assembleia que vou propôr à Câmara e a Assembleia uma evolução da Empresa de Turismo com o sentido que disse publicamente mas em relação ao momento actual não há nenhuma alteração em relação ao que estava decidido na Assembleia.

Quanto à questão do Euro Stadium já disse várias vezes que não comento questões que estão em Tribunal. Toda a gente pode ter acesso, os Srs. vereadores os Srs. Membros da Assembleia Municipal, aos documentos eles estão lá para falar, limito-me a ler aquilo que vejo transcrito na comunicação social e a última coisa que vi escrita nos órgãos da comunicação social foi o fundamento do Ministério Público para não aceitar para ser posta em causa a perda de mandato. O que significa portanto, que há uma questão jurídica como todas as questões jurídicas são susceptíveis a várias interpretações em relação as quais a Câmara Municipal que a sua interpretação é a correcta, foi devidamente fundamentada, não foi questionada quer pela comissão, da qual variadíssimos especialistas intervieram da análise do próprio concurso, em que incluía docentes da Faculdade de Direito, especialistas da área, incluía arquitectos, engenheiros etc, não vou agora pronunciar-me sobre isso porque de tudo isso dei conhecimento à Câmara Municipal com documento que apresentei e cuja a acta está na Internet.

Quanto à questão da utilidade pública do Braga Parques é simples.

Foi deliberado pela Câmara Municipal e que será cumprido é se a Braga Parque não responder às exigências perderá a utilidade pública, se responder às exigências manterá a utilidade pública.

Quanto à questão das Festas da Cidade, aqui também reúne várias coisas. Já estou habituado que me censurem quando há fogo de artifício a mais, o que não estava habituado é que me censurem com fogo artifício a menos. O que acontece é assim porque nos outros anos recebi vários reparos, dizendo que isto não era um festival pirotécnico, porque não estamos no Alto Minho e portanto estávamos a exagerar. E assim vejo que as pessoas notaram a falta do fogo de artifício. Portanto entenderam que a Câmara deveria gastar mais em fogo de artifício, fico salvaguardado, porque para o ano se tivermos saldo orçamental para o fazer, o fogo regressará em força.

Nesta altura estou esclarecido, os senhores gostam de festa, e eu darei a festa necessária. As opiniões divergem e normalmente estou com a razão estando no centro, tentando não exagerar em qualquer das circunstâncias.

Continuo a dizer que nesta altura é mais importante termos outras prioridades e essa outras prioridades serão cumpridas.

A outra questão que queria abordar também sobre o Plano Estratégico em que houve várias referencias, compreendo que muitas pessoas não estejam habituadas a discutir com base nestes pressupostos, compreendo, muita gente se estivesse aqui em Coimbra habituada a reagir perante as circunstâncias pronto um documento que aparecia para votar imediatamente, compreendo que as pessoas não estivessem habituadas a discutir quanto ainda não está nenhum documento para votação, quando ainda não está nenhum documento de orientação que as pessoas começassem a pronunciar-se sucintamente perante estudos prévios, estou convencido que nunca na historia da Câmara Municipal de Coimbra aconteceu o que aconteceu agora, que é todos esses estudos preliminares estarem acessíveis na Internet. Dantes era um sarilho para conseguirmos encontrar isso.

Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Ameal, queria-lhe dirigir uma interrogação especial, qual é a data que quer escolher para fazermos a consignação da obra na sua Freguesia? Espero que até ao fim da Assembleia a marque.

Também quero dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Trouxemil para não ficar aborrecido comigo que vamos adjudicar muito em breve a obra da sua Junta de Freguesia. Como sabe o problema não é outro senão a demora dos Tribunais.

Queria falar de outra questão a Educação, a Carta Educativa abordada aqui em várias vozes, todas elas muito interessantes.

E muito interessantes porquê?

Porque o Ministério da Educação encontrou uma forma boa de nos pôr a discutir uns contra os outros. Sendo certo, que a grande questão é uma questão que tem a ver com a ideia do Ministério da Educação. O Ministério da Educação tem uma ideia sobre o País e diz: Este País deve ser arrumadinho, ou seja, as escolas devem estar, aquelas que tem menos de X alunos, todas fechadas, independentemente do sítio onde se encontrarem. Devem as crianças serem todos concentrados em centros educativos especiais e as Câmaras Municipais têm que executar esta política. Se não executarem esta política não há fundos comunitários e se não estiverem de acordo com os princípios que nós advogamos em relação às cartas educativas, não aprovamos as cartas educativas. Posso dizer que não concordo com nada disto!

Em primeiro lugar, não concordo com a política de fecho de escolas a esmo, sem atender à raiz das crianças e à natural existência ou pré existência da sua ligação com os seus ambientes de origem. Acho que é uma política cega, estúpida, uma política que não tem sentido e que não consegue nunca aplicar-se com o agrado de todos, em relação ao País que temos. É preciso percebermos o País que somos, talvez não será melhor começar aqui por Coimbra, percebermos como é que somos enquanto é irónico para aplicar uma política desta natureza em relação ao País em geral. E eu, naturalmente recuso, que isto seja aplicado no meu Concelho e do qual sou Presidente da Câmara Municipal. Tenho dito isto muitas vezes em todos os Conselhos Municipais, em todas as Câmaras Municipais, em reuniões que tenho estado, em todas as Assembleias Municipais.

Tenho poderes para contrariar esta política? Tenho até certo ponto! E por isso digo sempre este é o meu princípio, este é o princípio que me vejo, este foi o princípio pelo qual estimei a orientação da Carta Educativa. A Carta Educativa não é aceite, porque de facto, não está de acordo com aquilo que o Ministério da Educação entende, centros educativos, encerramentos, não está! Disse-vos que tinha uma proposta, que era uma proposta equilibrada, estou a tentar adequar aquilo que é uma política educativa ao meu País.

Espero que a nossa proposta da Carta Educativa reformulada, em relação a alguns pontos nos quais eu acho que podemos transigir seja apresentada ao Conselho Municipal de Educação à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. Já o solicitei ao Professor que foi o autor da carta educativa, espero que ele me apresente dentro em breve o documento, para que possa percorrer todos estes passos. Devo salientar mais uma vez que a carta educativa não é nenhum segredo, a Carta Educativa também está na Internet, assim que foi aprovada no Conselho Municipal da Educação foi para a Internet. Gostaria que todas as críticas as apreciações todas que fossem feitas à Carta Educativa fossem feitas no sentido positivo e não no sentido generalista, no sentido concreto.

A questão que me foi colocada agora sobre a sessão do Dia da Cidade, e da sua comemoração tirando a questão dos foguetes, tentei comemorar o Dia da Cidade com coisas sérias coisas, que tem dado muito trabalho, e entendi que devia dar a conhecer a todas as pessoas aquilo que era o trabalho que temos feito ao longo do tempo no sentido positivo para projectos que entendi serem essenciais para Coimbra.

A sessão foi feita na Universidade, foi uma sessão eminentemente simbólica, penso que toda a gente percebeu talvez não queira salientar muito que a ligação entre a Universidade e a Cidade não pode ser um ligação de anti-ironia, tem de sido uma ligação colaboração íntima, foi isso que eu quis clarificar e reafirmar a criação do Museu das Ciências é o corpo dessa política, a criação do Museu da levou seis anos a ser feita com uma negociação muito tranquila mas também com uma negociação que teria de levantar obstáculos, não queria levantar problemas a quem quer que fosse e conseguisse colocar as pessoas, todas elas concordantes em relação ao objectivo que atingíamos e foi atingida a finalidade.

Quería dizer ao Sr. deputado Reis Marques que os princípios que me regem são de facto, os princípios da educação.

As pessoas dizem, este tipo tem fama de diplomata mas, às vezes tem atitudes mais duras. Um diplomata é também para tomar decisões que são difíceis, e que não são agradáveis.

Eu penso que, não devo deixar por dizer nada, dentro do princípio da verdade.

Quando ontem, no Dia da Cidade disse duas coisas que, porventura, o Dr. Reis Marques não gostou, tem de compreender que aquilo que eu disse é rigorosamente verdade e devia ser dito naquele local.

A primeira coisa que eu disse, e que não concordou foi uma alusão aquilo que era a intervenção do Estado em relação à Fundação.

Eu não estive com pormenores mas verdadeiramente o que aconteceu é que foi feito um acordo no edifício que está em frente ao laboratório Químico, assinado por o Ministro da Cultura de então e por o Secretário de Estado do Ensino Superior, com a Universidade e com a Cidade para a criação da Fundação Museu da Ciência.

O que eu disse foi só isto “que ainda não tinham entrado na Associação, e que continuava a acreditar que o Estado era pessoa de bem.”

Não podia ser mais educado. E disse mais, “mesmo que não viessem a entrar ou não entrassem, isso, não invalidava a criação da Fundação.

Outra coisa que o Dr. Reis Marques não gostou, mais propriamente pela ideia negativa que resulta do Governo não participar nisso, do que propriamente com a realidade.

A Universidade tem um programa muito extenso que envolve várias questões que têm a ver com a Câmara Municipal em relação à sua candidatura a Património da Humanidade. A verdade é que, ainda não temos nenhuma garantia, devo dizer, que foi acordado comigo e com o Sr. Reitor, do ponto de vista do Governo dos fundos comunitários para instruir essas candidaturas, e portanto o que disse foi isto” este é um projecto nacional, e disse a seguir que” instava o Governo a declarar o seu apoio a esta iniciativa e concretamente me dizer se tinha ou não e em que medida fundos comunitários dispostos a apoiar esta candidatura a Património Mundial.”

Porque em relação a Universidade, ela tem o seu projecto, tem a sua programação que foi apresentada ao Sr. Ministro da Ciência e que envolve várias participações da Câmara Municipal, está publicada numa brochura que foi enviada ao Sr. Ministro da Ciência, a Câmara Municipal tem de acompanhar isso com várias acções de reabilitação urbana. Tive a ocasião de dizer na Câmara Municipal com uma reunião dos municípios com centros históricos e perguntar qual era a política do Governo em relação à reabilitação urbana que é uma das coisas que nos devem preocupar a todos, porque tenho vários programas que nesta altura acabarão se não tiver sucedâneos.

Também queria só em adenda dizer o seguinte;

A contribuição para a recuperação do Laboratório Químico não foi o Ministério da Cultura, como erradamente se diz, a contribuição para a sua reconstituição veio de fundos comunitários, foram aprovados na constância do Ministério da Cultura presidido na altura pelo Sr. Ministro Pedro Roseta, que na altura, entendeu aceitar dentro do Plano Operacional da Cultura a contribuição, talvez das únicas ou das mais relevantes da “Coimbra Capital da Cultura,” para a realização do seu programa. Não foi este Ministro da Cultura, mas sim, o outro Ministro da Cultura da altura.

E portanto, sendo 80% foi uma coisa significativa. O que o Sr. Reitor disse ontem, que esperava que em relação à recuperação do novo edifício que o Governo contribuísse com a verba significativa que nós admitimos que seja 15 ou 20 milhões de euros para a recuperação do outro museu, ele disse isto, não ofendeu ninguém, mas fez uma reivindicação clara, que eu acompanho e que o Senhor também acompanha.”

Intervenção do deputado municipal Reis Marques (PS):

“Para dizer ao Senhor Presidente da Câmara a forma que ele disse hoje aqui a gente percebeu, percebemos que o Ministério ainda não disse que sim, mas foi uma coisa muito recente, e que está para ser despachado, e a forma como o disse lá foi insinuante, sei como as coisas são feitas são ditas, foi insinuando que aparentemente o Governo não quer dar nada.

Assim, como em relação ao QREN, foi dito também desta forma, assim como o Sr. Presidente não disse ali, se já tinha feito o seu trabalho de casa, se já mandou as suas propostas, nós não as conhecemos mas damos tempo para as conhecer.”

Intervenção da deputada municipal Maria Reina:

“Sr. Presidente fiz-lhe uma pergunta muito concreta, quando respondeu à questão da Empresa Municipal de Turismo pensei que tínhamos três sequências concretas. Não lhe perguntei para se pronunciar nada do Tribunal.

Coloquei concretamente a pergunta e só quero saber se vai ou não responder, para depois cada um fazer as interpretações que entender. Volto a referir, se no momento da deliberação por parte do Executivo existia ou não, algum parecer jurídico que sustentasse a deliberação tomada, se era interno ou externo e aonde o podemos encontrar? Nada que fira o que está em Tribunal é uma resposta que ficará obviamente ao critério do Sr. Presidente, desta vez chutar para o lado, chutar para a frente ou responder.

Deixe-me só dizer se percebi em relação à Carta Educativa, porque também lhe fiz duas perguntas muito concretas, para quando estava prevista a reformulação, embora confesso que me baralhou porque como diz que não concordava com a política educativa, não ia reformular, então senão a ia reformular obviamente que a minha pergunta não tem lógica porque ela não estará para reformulação e então também quer dizer que não terá custo era só isto que eu queria saber, se entender que deve responder, se entender que não, também registarei.”

Intervenção do deputado municipal Carlos Cidade (PS):

“Ainda sobre este assunto queria dizer que o Sr. Presidente da Câmara, há três Assembleias Municipais atrás, quando se discutiu inicialmente a questão da Carta Educativa, disse que até esteve de acordo com a Sra. Ministra da Educação, nomeadamente a Câmara assinou vários protocolos na altura, que estavam estipulados e assinados. Naturalmente teria sido a altura para tomar esta posição... não teve...deixou andar.

Por último, em respeito à intervenção do Dr. Oliveira Alves, o que está a acontecer, e estamos no final do ano lectivo, e os pais estão a preparar naturalmente as crianças para o próximo ano lectivo, e deparam-se com uma situação em relação as IPSS, pode haver de facto, dificuldades, e há, naqueles períodos de início e do final mas o facto é que, as IPSS hoje estão a dizer que não assumem porque a Câmara não paga, porque não querem nada com a Câmara, esta é que é a realidade. Foi dito numa reunião de Pais, em determinada IPSS, e que está escrito.”

Terminado o período das intervenções, o Presidente da Assembleia colocou à votação minuta da acta da sessão realizada em 23 de Fevereiro último, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, tendo em conta qualquer correcção dos membros da Assembleia.

Período da Ordem do Dia

Ponto 1-Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al.e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro não foi apresentada a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira pelo que o Presidente da Assembleia entrou de imediato no ponto 2 da Ordem do Dia.

Ponto 2 - Prémio Municipal de Arquitectura "Diogo Castilho" - indicação de representante da A.M.:

Nos termos do Regulamento em vigor foi apresentada uma proposta à Mesa da Assembleia para designar o deputado municipal Vasco Cunha a integrar o júri do "Prémio Municipal de Arquitectura "Diogo Castilho".

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, (49 votos a favor e 2 abstenções) designar o deputado municipal Arquitecto Vasco Cunha para integrar o júri do Prémio de Arquitectura “Diogo Castilho”.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 3 - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra - representação da A.M. na modalidade alargada:

Intervenção do deputado Brito Xavier (PS):

"Gostaria de fazer uma proposta em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal, indicando como seu representante na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra, a deputada Dra. Maria Reina pelo seu perfil voluntarista pela sua competência técnica, e pela sua dedicação com causas desta natureza, dá-nos garantias aos cumprimentos dos objectivos que estão subjacente à referida comissão.

Intervenção do deputado municipal Oliveira Alves ("Por Coimbra"):

"Só um pequeno esclarecimento que é o seguinte:

Neste momento relativamente à Assembleia Municipal estão designados 4 elementos, são aqueles que devem compor a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra, na modalidade alargada.

Relativamente às pessoas que estão nomeadas, que é o Dr. Pignatelli, a Dra. Catarina Martins, a professora Fátima Januário e a D. Maria do Carmo Santos, há aqui um problema relativamente á Professora Fátima Januário, que tem faltado sistematicamente, porque o estatuto actual de pessoa, quando as reuniões coincidem em período de aulas, ela não pode faltar para vir às reuniões da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra, é esse o motivo porque tem falta sistemática.

O mesmo tem acontecido com a Dra. Catarina Martins, um pouco por outras razões não por questões profissionais. E portanto levou a que a Comissão de Protecção propusesse a designação de 4 deputados da Assembleia Municipal como suplentes."

Intervenção da deputada municipal Margarida da Fonseca (CDU):

"Já agora e na sequência do que o Dr. Oliveira Alves acabou de referir, a Dra. Fátima Januário não falta sistematicamente, faltou às duas últimas sessões e precisamente já foi solicitado, quer da Dra. Fátima Januário, quer de outros professores que fazem parte desta comissão, um esclarecimento à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra, no sentido da garantia das suas faltas dado precisamente pelo novo estatuto que inova o conceito de falta. A preocupação é até que ponto estão salvaguardados a sua carreira profissional, em termos de progressão, no que respeito ás falta ou seja, é preciso clarificar que estes elementos que fazem parte Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra, que muito dão nesta comissão, os seus interesses pessoais também estejam salvaguardados para que eles possam estar disponíveis a esta presença.

A Dra. Fátima Januário transmitiu-nos efectivamente que faltou nas duas últimas sessões porque continua sem resposta, quanto à garantia da sua presença não sendo penalizada na sua carreira profissional.

No entanto a CDU, tem um elemento para apresentar que é a Dra. Maria de Lurdes Oliveira Santos, é Educadora de Infância é especializada em educação especial, também pelo conhecimento que tem nestas matérias."

Comissão de protecção de Crianças e Jovens de Coimbra:

Designação de Suplentes da Assembleia Municipal na modalidade alargada

José Maria Viana Andrade – "Por Coimbra"

Maria Reina Martin Pimpão - PS

Maria Manuela Nobre Rodrigues – BE

Maria de Lurdes Oliveira Santos – CDU

Ponto 4 - Auditoria externa/consulta prévia-nomeação do auditor externo:

Para o processo mencionado em epígrafe, foi deliberado, por maioria, com 50 votos a favor e 2 abstenções, e sob proposta da Câmara Municipal datada de 18 de Junho passado, aprovar as propostas constantes da informação n.º15188/2007 da Divisão de Património e Aprovisionamento sobre Serviços de Auditoria Externa, que se anexa fazendo parte integrante desta certidão.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 5 - 1ª Revisão Orçamental às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007:

Para este processo, a Assembleia Municipal deliberou por maioria com 49 votos a favor e 2 abstenções, e nos termos da al. b) do n.º2 do art.º53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro, e sob proposta da Câmara Municipal datada de 18 de Junho passado, aprovar a 1ª Revisão Orçamental às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 6 - Empréstimo/Financiamento da construção do Estádio Municipal Coimbra-Euro 2004-Optimização das condições:

Intervenção do deputado municipal Ricardo Cândido (“Por Coimbra”):

"Gostaria de dizer aqui algumas considerações sobre autominização a deste empréstimo que na minha opinião revela uma decisão estratégica acertada e um acompanhamento positivo há constante evolução do mercado de capitais por parte da Câmara Municipal de Coimbra. Tirando partido das considerações do mercado.

O facto indesmentível e facilmente comprovável e que temos vindo a ser duplamente penalizáveis com este tipo de empréstimo, se por um lado temos assistido a uma constante evolução prejudicial e incontrolável por parte da Câmara Municipal de Coimbra, da EURIBOR, por outro operações de contracções de prestação de empréstimos mais recentes por parte desta Autarquia tem-se acrescido a uma tendência decrescente do SEPRED ao que foi possível quando existe um relacionamento positivo entre as partes como é o caso da Câmara Municipal de Coimbra e da Banca.

Ora, não actuar neste momento quando a conjuntura do mercado do SEPRED é benéfica para a Câmara Municipal de Coimbra, parece-me um erro a evitar.

No entanto vamos aos pontos em análise:

Relativamente ao aumento do prazo da maturidade da operação por mais cinco anos, passando de 20 para 25, só bem demonstrar o intento correcto de equilibrar e consolidar as contas da Autarquia, uma regra básica em gestão financeira é corresponder ao curto prazo o que é de curto prazo, atribuir ao médio e longo prazo o que é de médio e longo prazo.

Passar de 20 para 25 ano, a maturidade da operação, permitirá a Câmara Municipal de Coimbra, não só suavizar as prestações que é positivo não só num curto prazo como também a longo prazo, ou seja, a actual e futuras Câmaras como vai ao encontro de tempo de vida útil do bem, pecando ainda assim por defeito, isto porque ninguém acredita que o Estádio venha apenas ser utilizado por apenas 25 anos.

No que concerne á carência de capital de 2 anos, demonstra uma gestão financeira, eficiente, cuidada e estratégica, porque permitirá à Câmara Municipal de Coimbra num período de maior aperto financeiro, promover o investimento, deslocalizando essas verbas para o pagamento de créditos a curto prazo, diminuindo drasticamente o número

de credores. Pessoalmente considero preferível dever à Banca, de que a pequeno empreendedores do concelho, cuja sobrevivência a muito se devem a fundos camarários. Aliás, caso não saibam, um dos propósitos dos Sociais-democratas é que o crescimento económico deve servir propósitos sociais.

Parece-me consensual que, se houver mecanismos financeiros que permitam passar a mil credores a título de exemplo, para apenas quinhentos há que os aproveitar, no entanto não obstante já estar devolvida a algum tempo não queria deixar de referir nesta Assembleia os esforço por parte da Câmara Municipal de Coimbra no que concerne ao auto financiamento do projecto. Em jeito de analogia e historiando um pouco, de todos os empreendimentos públicos para o Euro de 2004, Braga, Guimarães, Aveiro, Leiria, Algarve e Coimbra, apesar do nível ser relativamente baixo face ao custo efectivo do empreendimento a Câmara Municipal de Coimbra foi a que apresentou indicadores, de auto financiamento superiores, em termos percentuais relativamente a todos os outros empreendimentos. Facto este inclusive devidamente reconhecido pelo Tribunal de Contas.

Mais, acrescento que em conjunto com o Estádio de Guimarães o estádio de Coimbra foi o que mostrou menor endividamento, Coimbra 35 milhões, Guimarães cerca de 28, ao invés de Braga foram 80 milhões e Leiria foi 55 de Euros, valores ainda muito distantes de 35 milhões de Coimbra.

Importa também realçar a gestão do empreendimento da fase pós Euro 2004, hoje dentro de todos os estádios camarários o único que se torna financeiramente sustentável é o Estádio Cidade de Coimbra, sendo todos os outros autênticos servidores de dinheiros públicos.

Há que realçar a estratégia de rentabilização do espaço, com uma boa pré forma na exploração das infra estruturas desportivas fazendo face aos custos de investimento e manutenção sendo este o exemplo a nível nacional da gestão de uma estrutura com esta dimensão, valorizando o desporto e o lazer, promovendo a formação e a pratica do exercício físico com altas taxas de ocupação dos equipamentos, desenvolvendo novas oportunidades de negócio e desempenhando uma acção sócia cultural relevante e atractivo.

Senhores deputados para uma cidade que se quer única, não bastará que tenhamos bons médicos, ou bons académicos já que coevidente para a perda peso político do nosso concelho, no contexto nacional creio que devemos singularizar com causas que marquem a diferença. Os políticos ou são reconhecidos pela boa obra feita outros pelo o inverso, uns por medidas correctas, outros por medidas estreias obceçadas e muito provavelmente erradas. Neste caso concreto à que recordar este executivo por uma boa gestão, boas praticas autárquicas e neste estádio do desenvolvimento Coimbra sai claramente a ganhar."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Ao grupo da CDU, não nos merece obviamente e temos a certeza absoluta que o negócio terá alguma razoabilidade e esta opção poderá eventualmente ter algumas ganhos.

Mas não pode efectivamente merecer o nosso apoio e o nosso voto favorável, porque ao contrário do que o senhor deputado acabou de fazer, há aqui uma operação que não é estratégica, há aqui uma operação meramente táctica. Chamo a atenção que neste período de carência de 2 anos, no reembolso das prestações de capitais, que vai naturalmente ajudar a autarquia e este executivo, a satisfazer compromissos juntos dos pequenos e meros comerciantes, que naturalmente nós prezamos bastante, mas que coincidência

interessante tal diferença entre a estratégica e a tática, coincide com o período a terminar o mandato próximo das eleições. Caros amigos não podemos votar a favor."

Intervenção da deputada municipal Manuela Rodrigues (Bloco de Esquerda):

"A questão que se nos põe é a mesma que já foi falada quando isto foi debatido, antes de ser a negociação final, não temos nada contra que se negocie dívidas para que se pague menos juros, mas consideramos completamente imoral que o executivo que está previsivelmente em funções durante mais 2 anos negocie uma dívida de modo a ter um período de carência, nesses 2 anos que vai estar no Poder, e os outros que vierem atrás que paguem o empréstimo.

Intervenção da deputada municipal Maria Reina:

"Tenho muita pena que não esteja aqui o Sr. vereador das finanças porque não venho aqui fazer a apologia nem da defesa nem do contra esta proposta gostaria de ver alguns esclarecimentos, e penso que deveria ser o vereador responsável pelas finanças a dar-nos esses esclarecimentos compreendo que estando a meio tempo não terá sempre tempo de estar.

Não vou comentar e não é essa a minha intenção aquilo que foi dito pelo colega da Bancada por Coimbra, fazer a apologia do estádio até porque, por questões muito óbvias e tendo eu estado onde estive não vou fazer comentários mas todos nós sabemos o que é que podemos dizer ou não em relação à gestão do estádio. Portanto abstenho-me disso.

Mas só, duas questões que de alguma forma vão na linha de orientação do CDU, e que eu queria ver esclarecidas para votar em consciência.

Mas o que eu pergunto é, adiar os empréstimos para que outros, e o que me parece porque não tenho aqui o vereador responsável, mas o que me parece são aquele suporte publicitário de um banco, que diz assim; (a sua taxa aumenta mas não tem problemas nenhum que a sua prestação continua igual porque o seu prazo aumenta), e portanto em vez de estar ele endividado estarão os filhos os netos e não sabemos quem mais se isto continuar assim, é um bocado deste modelo que me parece a ser apresentado aqui, tenho mais 5 anos para prolongar este empréstimo. Acontece é que eu não estou a gerir o meu dinheiro, com o meu dinheiro faço aquilo que quero. Por outro lado, também não consigo perceber a não ser que me digam taxativamente que existe efectivamente uma rotura financeira de última ordem na Câmara Municipal de Coimbra, como é que posso propor o período de carência que por acaso coincide com 2008/2009. Não é, por eu não estar na bancada da Coligação por Coimbra, porque já quando estive tomei as posições que entendi que deveria tomar em defesa do município, só se me explicarem que há um motivo muito forte em termos financeiros para que este período de carência seja escolhido e não me parece ser o que parece ser um momento já pré eleitoral, com isso não concordo, é que eu poderei ver que se utilize já o período de carência. Agora acontece que com as notícias que li e com aquilo que tem dito pelo Sr. vereador das finanças, nós até estamos a por em ordem as contas da Câmara. Então se estamos a por em ordem as contas da Câmara não precisamos de utilizar este período de carência, porque com a mesma gestão que já estamos a fazer, conseguiremos também resolver a situação e pagar aos pequenos fornecedores e deixar de pagar a 23/24 meses.

É esta a questão muito concreta, queria ver explicado o porque este momento de 2008/2009, e sinceramente senão estaremos a empenhar não sei quantos futuros executivos aumentando ou se daqui a um ano ou dois renegociamos com outro banco."

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

"Acho bem e claro que se deva aceitar isto. O Estado vai penhorar várias gerações, é correcto que várias gerações paguem o estádio aliás a decisão nem foi nossa e muito bem no sitio correcto. Na altura, fui condenado pelo meu Partido de ter concordado com o Executivo anterior e assumo isso, e acho que fiz bem, é um caso que claríssimo em termos de finanças públicas que deve ser a geração que vai usar, se fosse meu também faço empréstimos alguns não sou eu que pago pagam os filhos e é bem feito que é para que seja assim. Por outro lado, há uma situação que ouvi o deputado Pinto Ângelo falar, que é o seguinte: eu prefiro estar a dever a DEXIA do que estar a dever a fornecedores modestos com gente que trabalha lá, é uma questão social e moral. Se realmente temos de pagar a fornecedores muito modestos e alguns conheço eu que me pedem que me empenhe, como é natural e faço com todo o gosto, prefiro negociar com uma entidade como a DEXIA que aliás conheço bem através de Bruxelas, isto é que é em termos financeiros e a termos morais não tenho qualquer dúvida. Não costumo falar, mas acho que devia, hoje, dizer alguma coisa sobre este assunto que foi um caso que eu estudei e que é financeiramente correcto."

Intervenção do Presidente da Câmara

"É que continuamos a discutir uma coisa que não está em discussão. A primeira coisa que gostava de dizer é que este empréstimo já foi votado em 23 de Abril de 2007, nós não estamos outra vez a discutir o empréstimo todo, já está aprovado, o que é que está hoje em discussão, é apenas uma cautela acessória que a Câmara entendeu dever tomar, precisando um aspecto que tem a ver com a taxa de juros bonificados, que permite que a diminuição do risco seja feita com esta alteração ao contratado. Esta alteração ao contratado foi aceite pelo Banco e, é só isso que estamos agora a votar, mais nada."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

Não tenho a mínima dúvida em relação à bondade mas, retiro aqui o sentimento geral desta Assembleia que a bondade do período de carência para minimizar as dívidas a curto prazo aos fornecedores. Este sentido geral da Assembleia terá de ser mais que uma mera indicação ao Executivo, deverá, neste momento, constituir uma obrigação do Executivo, deixando de ser um acto formal da maioria para passar a ser o entendimento geral de todos os Grupos Municipais, de que privilegiadamente poderá ser garantido nos próximos 2 anos, o pagamento aos fornecedores. Ou seja, que não constitua uma obra exclusiva de uma maioria, mas a obra e o entendimento geral de todos os Grupos Municipais como tal entendido. Porque assim, faz sentido, porque senão é uma mera manobra dilatatória e de alguma ajuda ao período de pré campanha eleitoral no qual nós nos associamos. Registamos isso, mantendo o nosso sentido crítico em relação a esta proposta."

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês ("Por Coimbra"):

"Sr. Deputado Pinto Ângelo, aqui a questão não se trata de nenhuma manobra de carácter dilatatório isto é o seguinte.

Em termos concretos, e em termos de sínteses, o alargamento por mais 5 anos do prazo, de maturidade da operação já foi discutido na Assembleia anterior, a questão que aqui se coloca é apenas alterar a taxa fixa do juro bonificado para uma taxa variável bonificada, na medida em que este Executivo e bem, parte do princípio de que a taxa de juros de curto prazo, não faça ser maior do que a taxa de juro de longo prazo, só por isso é uma questão de economia financeira, por isso, este Executivo deve ser enaltecido por ter tomado esta posição."

Intervenção do deputado municipal Reis Marques (PS):

"Vamo-nos abster, fundamentalmente por causa dos pequenos comerciantes, que necessitam de dinheiro e a Câmara precisa de pagar, fundamentalmente por isso. Por outras razões nós iríamos votar contra."

Intervenção do Presidente da Câmara

"Só quero acrescentar uma informação à Assembleia para que tenham as informações todas. Esta Câmara já pagou, em relação a este empréstimo contraído para o Estádio, pagará até ao fim de Agosto que é a próxima prestação que vai ser vencida qualquer coisa como (onze milhões quatrocentos e noventa e cinco mil euros)."

Terminado o debate, a Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara datada de 21 de Maio último, deliberou, por maioria, e nos termos da alínea. d) do nº2 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovar as propostas constantes da informação nº.14968 datada de 15/05/2007, da Direcção Municipal de Administração e Finanças, a qual faz parte integrante desta certidão.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 7 - Desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno na Rua João Cabreira/Largo das Olarias-Freguesia de Santa Cruz:

Intervenção da deputada municipal Manuela Rodrigues (Bloco de Esquerda):

Li cuidadosamente o processo e continuo a não perceber qual é a parcela cuja desafecção que nos é pedida.

É uma parcela que pertence ao Município, que é do domínio público municipal, porque foi resultado de uma intervenção em substituição do proprietário é uma das formas que o município tem de intervir no património danificado da Cidade, que no caso do miolo está muito degradado, e uma forma de verter para domínio publico muito desse património e contribuir de alguma maneira para a reverificação populacional do centro urbano, isso é muito importante.

O que aqui se pergunta é a passagem para o domínio privado municipal, e aparentemente o que eu entendi na última folha isto destina-se a construção, construção de serviços e comércios, passando a Câmara Municipal a deter 78,17% na parte do comércio e 81,35% na parte de serviços. O que significa que continua a ser da Câmara, mas não inteiramente. Precisava de saber a quem é que pertence a outra percentagem, sendo muitos ou poucos não é claro, qual é a participação dos antigos proprietários no negócio, e porque é que esta proposta vem para aqui separadamente de um plano que deveria ser global da SRU e da reclassificação dos Centro Histórico? Se há neste momento um plano em vigor de reclassificação da parte histórica da Cidade que implicaria claramente a intervenção das parcelas que já são do domínio da Câmara Municipal porque é que isto vem aqui como peça solta."

Intervenção do Vereador João Rebelo

A parcela em concreto a desafectar é toda do Município, as percentagens que referiu, têm a ver com o plano de reabilitação dessa zona em que naturalmente são feitos emparcelamentos, e no prédio que abrange o terreno da Câmara é que a Câmara tem a parte respectiva e há outras que vêm de outras parcelas porque o plano tem um conjunto de emparcelamentos.

A questão que se coloca é que, naturalmente, tem primeiro de estar assumido que esta parcela pode ser edificada, antes de qualquer outra decisão. Por isso, é que a Câmara e a Assembleia Municipal se tem de pronunciar sobre isto. De qualquer maneira sublinharia que isto está em consonância com o próprio estudo que foi feito pela Comissão Interdisciplinar da Baixa, que envolveu vários sectores da Câmara, concretamente da Gestão Urbanística, do Centro Histórico do Planeamento e da Habitação, portanto trata-se apenas disto tão simples.

A localização exacta, ela está perfeitamente demarcada na planta cadastral, porque esta é como é domínio publico é necessário que haja, um acordo da Câmara e da Assembleia sobre este sentido, mas penso que todos percebemos qual é a vantagem e a necessidade do mesmo."

Sobre proposta da Câmara datada de 4 de Junho último, a Assembleia Municipal deliberou por maioria com 1 abstenção aprovar a desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno na Rua João Cabreira/Largo das Olarias-Freguesia de Santa Cruz;

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 8 - Políticas de Geminção, linhas orientadoras para o Município de Coimbra:

O assunto mencionado em epígrafe foi apresentado pela deputada Maria Reina que apresentou a seguinte proposta:

“Impulsionados pelo Conselho da Europa, os processos de geminações tiveram início no período posterior à 2ª guerra mundial e visaram o estabelecimento de laços permanentes de cooperação e tolerância como forma de promover os direitos humanos e a paz.

Não existem, portanto à partida, limites às geminações, não existirá comunidade com quem, salvo por questões processuais ou circunstanciais, não houvesse potenciais benefícios no aprofundamento do conhecimento mútuo com vista àqueles objectivos.

Os limites decorrem das capacidades: as amizades exigem tempo e dedicação. E Coimbra não tem sido modelar na atenção prestada às cidades que já são suas irmãs, situação que urge corrigir, sob pena de, preterindo a qualidade à quantidade das parcerias, frustrar os objectivos das mesmas.

Eis porque é indispensável fazer escolhas estabelecer critérios.

Assim, propõe-se que as geminações a estabelecer doravante quer por proposta alheia quer por iniciativa de Coimbra se subordinem aos seguintes critérios:

1-quanto às cidades irmãs

Cidades com universidades centenárias;

Cidades com património cultural e/ou ambiental relevante;

Cidades com ligações históricas significativas a Coimbra ou à região/ao país;

Cidades onde se fale Português;

Cidades que se integrem em regiões com as quais Coimbra ou a sua região está/esteve relacionada através de movimentos migratórios significativos.

2-quanto aos processos (critérios sine qua non)

Geminações que não caucionem políticas atentatórias dos direitos humanos;

Geminações que não correspondam a manobras de promoção pessoal ou político-partidária;

3-quanto à eficácia

Geminações que promovam a interculturalidade a tolerância

Geminações que favoreçam o desenvolvimento económico mútuo e /ou a cooperação em investigação e desenvolvimento.

4-quanto ao número

As cidades geminadas com Coimbra deverão tendencialmente subordinar-se aos seguintes critérios numéricos:

Cidades no âmbito do conselho da Europa 40 a 60%

Cidades fora da Europa 40 a 50%

Cidades onde se fale Português 15 a 30%.”

Após algumas comentários ao assunto foi decidido criar a seguinte Comissão:

Carlos Manuel Dias Cidade - PS

Maria Manuela Nobre Rodrigues – BE

Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca – CDU

Fausto António Saraiva Santos – “Por Coimbra”

Maria Regina Martin Pimpão – Independente

Ponto Extra

O Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a inclusão na Ordem do Dia de um ponto extra, pelo que foi unanimemente aceite.

Fundação Museu da Ciências – Precisão do teor do ponto 1 e alteração do nº 2 do artigo 6º dos Estatutos:

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara datada do passado dia dois de Julho, aprovar a alteração ao artigo 6º nos pontos 1 e 2 dos Estatutos da Fundação Museu da Ciência, passando a ter a seguinte redacção:

Artº 6 Ponto 1-"A Universidade de Coimbra concede à Fundação o direito de uso por trinta anos do seu espólio de museologia científica, designadamente as colecções que actualmente compõem os seus núcleos museológicos e os edifícios e instalações ocupados pelo Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, operada a transferência em curso, do património do estado para o da Universidade."

Artº 6 Ponto 2-"A dotação inicial do Município de Coimbra é de 1.100.000,00€ (um milhão e cem mil euros), a realizar integralmente no acto de instituição da Fundação."

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

E sendo 20 horas e 30 minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.